

RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR (RAP) DO EMPREENDIMENTO "VIA JAGUARI"

RAP-001/14022019-01

ELABORAÇÃO: ECO 10 ASSESSORIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA ME
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**JANEIRO/2020
REV.: 001**

CAPÍTULO 7

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

RAP-001/14022019-01

ELABORAÇÃO: ECO 10 ASSESSORIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA ME
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

JANEIRO/2020
REV.: 001

Sumário

RESUMO	10
7 DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO.....	11
7.1 DADOS POPULAÇÃO TOTAL.....	13
7.2 GRAU DE URBANIZAÇÃO	14
7.3 TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL	15
7.3.1 VETORES DE CRESCIMENTO NAS REGIÕES URBANAS:.....	16
7.4 ESTRUTURA ETÁRIA DO MUNICÍPIO.....	17
7.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	18
7.5.1 EVOLUÇÃO	20
7.6 ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS)	20
7.6.1 ANÁLISE DOS SETORES CENSITÁRIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE	21
7.7 ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPS)	22
7.8 POPULAÇÕES ECONOMICAMENTE ATIVAS, URBANA E RURAL.....	23
7.8.1 POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR ECONÔMICO	24
7.9 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E SUA EVOLUÇÃO	29
7.10 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE	30
7.11 MÃO DE OBRA LOCAL	31
7.12 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	31
7.12.1 TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	33
7.12.2 GRAU DE COBERTURA DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO	34
7.12.3 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA AID.....	35
7.12.4 NÚMERO DE MATRÍCULAS POR SÉRIE EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR CORRESPONDENTE	35
7.12.5 TAXA DE ANALFABETISMO.....	36
7.13 INFRAESTRUTURA FÍSICA	36
7.13.1 INFRAESTRUTURA REGIONAL DE TRANSPORTES.....	37
7.13.2 INFRAESTRUTURA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	38
7.14 INFRAESTRUTURA SOCIAL	40
7.14.1 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE SAÚDE	40
7.14.2 NÚMERO DE LEITOS.....	41
7.14.3 CAPACIDADE DE ATENDIMENTOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	41
7.14.4 OFERTAS DE HOSPITAIS	42

7.14.5	NÚMERO DE UNIDADES DE SAÚDE	43
7.15	DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO: ÁGUA, ESGOTO, RESÍDUOS SÓLIDOS – AII E AID	43
7.15.1	ÁGUA.....	44
7.15.2	ESGOTO	45
7.16	SITUAÇÃO DE COLETA E TRATAMENTOS	47
7.16.1	COLETA COMUM DE LIXO	47
7.16.2	COLETA SELETIVA DE LIXO	48
7.16.3	DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS	48
7.17	CARACTERIZAÇÃO DA AID	49
7.17.1	VILA ZIZINHA E VILA ROSSI	50
7.17.2	VILA DIRCE, JD. TELESPARK E JD. ALTOS DE SANTANA.....	53
7.17.3	BAIRRO NA ESTRADA PETYBON (NÚCLEO URBANO INFORMAL PETYBON)	59
7.17.4	BAIRRO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DAS PLANÍCIES ALUVIONARES DOS RIOS PARAÍBA DO SUL E JAGUARI (NÚCLEO URBANO INFORMAL DO BANHADO)	68
7.17.5	ÁREAS DE USO RURAL.....	70
7.18	DESAPROPRIAÇÕES	71
7.19	COMUNICAÇÃO SOCIAL PRÉVIA	73

Lista de figuras

Figura 1 – Comparação de estrutura por faixa etária e sexo da população de São José dos Campos em 2000 e 2010.	13
Figura 2 – Mapa do IDH do Vale do Paraíba e Litoral Norte.	19
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São José dos Campos – SP.	19
Figura 4 – Região Centro.	25
Figura 5 – Região Sudeste.	26
Figura 6 – Região Leste.	27
Figura 7 – Região Sul.	28
Figura 8 – Região Norte.	29
Figura 9 – Mapa de uso e ocupação do solo da AID do empreendimento.	50
Figura 10 – Localização dos bairros.	51
Figura 11 – Localização dos bairros.	54
Figura 12 – Localização do bairro.	60
Figura 13 – Localização do bairro (ampliação).	60
Figura 14 – Localização do bairro.	68
Figura 15 – Áreas de uso rural.	71
Figura 16 – Áreas que terão desapropriações.	72

Lista de fotos

Foto 1 - Av. Olívio Gomes (Vila Rossi)	51
Foto 2 - Residências em vias locais	52
Foto 3 - Residências em vias locais	52
Foto 4 - Residencial multifamiliar no Vila Zizinha	53
Foto 5 - Residências unifamiliares no Vila Rossi	53
Foto 6 - Residências e comércios em via coletora (Jd. Telespark)	54
Foto 7 - Comércio em via coletora (Jd. Telespark)	55
Foto 8 - Residências e ponto de ônibus em via local (Jd. Telespark)	55
Foto 9 - Residências em via local (Jd. Telespark)	56
Foto 10 - Residências em via local (Jd. Telespark)	56
Foto 11 - Escola Municipal de Ensino Infantil (Jd. Telespark)	57
Foto 12 - Residências em via local (Jd. Telespark)	57
Foto 13 - Igreja no Jd. Telespark	58
Foto 14 - Comércios em via coletora (Jd. Altos de Santana)	58
Foto 15 - Conjunto residencial multifamiliar (Jd. Altos de Santana)	59
Foto 16 - Propriedades na Estrada Petybon	61
Foto 17 - Propriedades na Estrada Petybon	61
Foto 18 - Ponto de ônibus na Estrada Petybon	62
Foto 19 - Propriedades na Estrada Petybon	62
Foto 20 - Propriedades na Estrada Petybon	63
Foto 21 - Propriedades na Estrada Petybon	63
Foto 22 - Propriedades na Estrada Petybon	64
Foto 23 - Propriedades na Estrada Petybon	64
Foto 24 - Propriedades na Estrada Petybon	65
Foto 25 - Propriedades na Estrada Petybon	65
Foto 26 - Propriedades na Estrada Petybon	66
Foto 27 - Propriedades na Estrada Petybon	66
Foto 28 - Propriedades na Estrada Petybon	67
Foto 29 - Propriedades na Estrada Petybon	67
Foto 30 - Bairro Vila Nova Esperança (núcleo urbano informal)	69
Foto 31 - Bairro Vila Nova Esperança (Núcleo urbano informal)	70
Foto 32 - Reunião de Comunicação Social	74
Foto 33 - Reunião de Comunicação Social	74
Foto 34 - Reunião de Comunicação Social	75

Lista de quadros

Quadro 1 – Dados do município de São José dos Campos.	14
Quadro 2 – Total por região.	14
Quadro 3 – Quadro comparativo do IDHM – São José dos Campos.	20
Quadro 4 – Grupo 1.	23
Quadro 5 - Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho.	30
Quadro 6 – Escolas, Matrículas, Docentes e Razão Matrículas/Docente por Nível de Ensino e Categoria de Escola – Município de São José dos Campos – 2015.	32
Quadro 7 – Número de Estabelecimento de Saúde por Tipo – Município de São José dos Campos - Julho/2017.	41
Quadro 8 – Domicílios particulares permanentes segundo a forma de abastecimento de água no município de São José dos Campos – 2010.	43
Quadro 9 – Domicílios particulares permanentes segundo o destino do lixo no município de São José dos Campos – 2010.	44
Quadro 10 – Desapropriações por Decreto de Utilidade Pública (DUP).	72
Quadro 11 - Resultado da pesquisa	75

Lista de tabelas

Tabela 1 – Empregos e Estabelecimentos por Setor.30

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Comparativo da Distribuição População por Faixa Etária – 2000/2010.	18
Gráfico 2 – Setores Censitários por IPVS.	22
Gráfico 3 – Distribuição dos setores de alta ou muito alta vulnerabilidade por regiões do município.	22

RESUMO

O presente capítulo tem por objetivo caracterizar as áreas de influência da Via Jaguari (ADA, AID e AII) quanto aos efeitos sociais e econômicos das fases de planejamento, implantação e operação e as conexões com os fatores ambientais impactados direta e indiretamente.

Para caracterizar o diagnóstico da AII do Empreendimento, foram coletados e examinados indicadores referentes ao perfil sociodemográfico, às atividades econômicas e às infraestruturas físicas e sociais instaladas, assim como analisados os principais aspectos relativos à inserção do município no quadro histórico de desenvolvimento e na estrutura urbana regional, incluindo os aspectos atinentes ao patrimônio histórico-cultural.

Segundo o Censo do IBGE, em 2010 a população de São José dos Campos contava com 629,921 mil habitantes, a estimativa de população feita pela Fundação SEADE para 2020 aponta uma população de pouco mais de 700 mil habitantes no município, com um crescimento de 1,20% ao ano. Já a região Norte, região em que o empreendimento está inserido, possui 59.800 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José dos Campos em 2010 foi de 0,807. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1).

Os empregos em São José dos Campos concentram-se basicamente no setor terciário, equivalendo a 74,47% do total dos empregos.

Para AID do empreendimento temos que a região possui como uso rural, industrial, residencial, misto (residencial e comercial), de área verde e de área de proteção ambiental. Haverá desapropriações ao longo da Estrada Petybon em trechos de propriedades, na ADA do empreendimento, sendo que os acessos aos imóveis serão mantidos.

Por fim, comunicou-se a população da ADA e AID em relação ao empreendimento. Foi divulgado o traçado da obra viária, os impactos previstos e as possíveis medidas mitigadoras, sanando dúvidas e apresentando canais de comunicação para a população.

7 DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

Conforme justificado no **Capítulo 4 – Áreas de Influência**, a Área de Influência Indireta (AII) dos impactos potenciais do empreendimento no meio socioeconômico abrange o município de São José dos Campos. Segundo a regionalização do Estado de São Paulo, este município faz parte da Região Administrativa e da Região de Governo de São José dos Campos (SJC).

Mais recentemente, o município de São José dos Campos passou a fazer parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a qual abrange os municípios da porção paulista do Vale do Paraíba e aqueles pertencentes à Região de Governo de Caraguatatuba (Litoral Norte).

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.166 de 2012, corresponde exatamente à antiga Região Administrativa de São José dos Campos, estendendo-se por uma área de 16.180,9 km², (equivalente a 6,52% do território paulista), abrangendo 39 municípios, subdivididos em cinco sub-regiões: São José dos Campos (1), Taubaté (2), Guaratinguetá (3), Cruzeiro (4) e Litoral Norte (5 - correspondente à antiga Região de Governo de Caraguatatuba).

Nesta nova regionalização, São José dos Campos, juntamente com os municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna e Santa Branca, faz parte da Sub-Região 1 da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Sub-região de São José dos Campos), a qual corresponde à antiga Região de Governo de São José dos Campos.

Tendo em vista a importância da instituição da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte como unidade territorial na organização regional do Estado de São Paulo, adotou-se a nomenclatura da Lei Complementar Estadual nº 1.166/2012 para todo este diagnóstico, mesmo quando os dados levantados nas bases de dados utilizadas estavam organizados para a Região Administrativa de São José dos Campos ou para a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, uma vez que estas outras unidades regionais abrangem os mesmos municípios da região metropolitana.

Para compor o diagnóstico da AII do Empreendimento, foram coletados e examinados indicadores referentes ao perfil sociodemográfico, às atividades econômicas e às infraestruturas físicas e sociais instaladas, bem como analisados os principais aspectos relativos à inserção do município no quadro histórico de desenvolvimento e na estrutura urbana regional, incluindo os aspectos atinentes ao patrimônio histórico-cultural.

Sempre que possível e pertinente, procurou-se contextualizar os indicadores municipais apresentados, comparando-os aos das séries históricas disponíveis para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o Estado de São Paulo. As principais fontes de informações adotadas foram as bases de dados IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além de outras fontes de dados e informações disponíveis na Internet, como as do Ministério da Saúde (Datasus) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Todas essas bases de dados foram organizadas e produzidas por organismos públicos de reconhecida competência e experiência, oferecendo, na maioria das vezes, séries históricas que permitem avaliar a variação dos indicadores no tempo. Mapas, publicações acadêmicas e

informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal complementaram as fontes secundárias utilizadas.

As análises realizadas procuraram traçar um quadro relativamente sucinto, porém o mais completo possível das principais características da população residente e dos domicílios em São José dos Campos, bem como da organização territorial e das atividades econômicas.

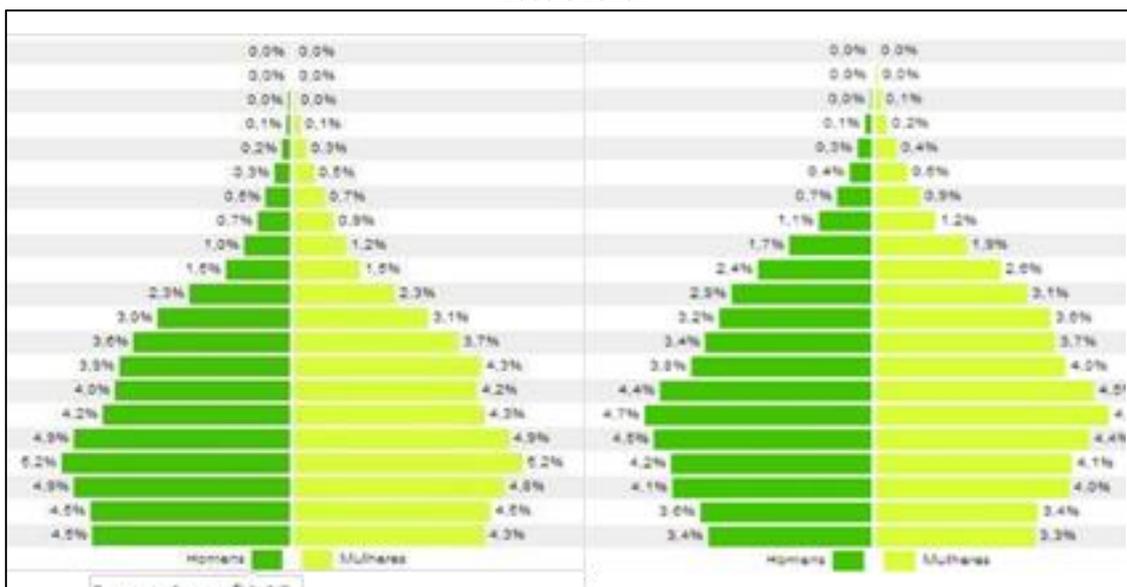
Outros aspectos metodológicos específicos referentes a dados e indicadores utilizados e/ou construídos são apresentados nas seções que seguem, à medida que se desenvolve a análise sobre cada tema.

7.1 DADOS POPULAÇÃO TOTAL

Segundo os dados da Fundação Seade, a população de São José dos Campos passou de 439 mil habitantes, em 1991, para 629,921 mil habitantes, em 2010, registrando-se um incremento absoluto de pouco menos de 187,5 mil pessoas em 19 anos. A estimativa de população feita pela Fundação SEADE para 2020 aponta uma população de pouco mais de 700 mil habitantes no município, com um crescimento de 1,20% ao ano.

Mesmo com o crescimento populacional menos acentuado no município observado nas últimas décadas, São José dos Campos vem aumentando a participação no total da população do estado (1,52% dos moradores) e no conjunto dos municípios que integram a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (27,81%). A comparação da estrutura por faixa etária e sexo da população de São José dos Campos em 2000 e 2010, segundo o Censo do IBGE, mostra o avanço do estreitamento da base da pirâmide populacional (menor proporção de jovens). Isto é resultado também da queda da fecundidade (2,3 filhos por mulher em 1991, 2,1 em 2000 e 1,6 em 2010), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Comparação de estrutura por faixa etária e sexo da população de São José dos Campos em 2000 e 2010.



Fonte: Censo IBGE.

Em aspectos de esperança de vida ao nascer, que dar-se com o número médio de anos que se esperaria que um recém-nascido vivesse, representa uma medida sintética da mortalidade, assim o aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população.

Em São José dos Campos a esperança de vida ao nascer passou de 70 anos em 1991, para 73 anos em 2000 e chegou em 76 anos em 2010, sempre acima dos resultados do Estado de São Paulo para o mesmo período. Dados do DATASUS (2013) apontam um total 9.555 nascimentos em São José dos Campos. Cabe observar que dados do IBGE indicam, desde 1960 uma tendência de queda na taxa de natalidade e pesquisas apontam que em 1970, as

brasileiras tinham, em média, 5,8 filhos, hoje, esse número não chega a 2. Ainda segundo o IBGE, a proporção de famílias formadas por casais sem filhos cresceu 33% no Brasil entre 2004 e 2013.

À medida que a população envelhece, a razão de masculinidade tende a diminuir desde que na região a composição da população não tenha sido modificada por importantes migrações. A razão de dependência é a relação entre a soma do número de habitantes com menos de 15 anos e de 65 e mais anos no numerador, e o total de habitantes entre os 15 e 64 anos, no denominador. Quanto maior for essa relação, mais pessoas potencialmente inativas são sustentadas por pessoas potencialmente produtivas economicamente.

A seguir ilustramos o censo por região e grupos etários (Quadro 1 e Quadro 2).

Quadro 1 – Dados do município de São José dos Campos.

Código do município no IBGE	354.990
Homens	308.624
Mulheres	321.297
População	629.921
População urbana	615.175
População rural	12.815
Média de moradores por domicílio	3,32
Taxa de crescimento anual (2000 a 2010)	1,57%
Densidade demográfica	572,9 habitantes por km ²
Área do município em km²	1.099,61 km ²

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Quadro 2 – Total por região.

Região	População
Centro	72.115
Norte	59.800
Leste	160.990
Sudeste	45.800
Sul	233.536
Oeste	41.163
São Francisco Xavier	1.342

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

7.2 GRAU DE URBANIZAÇÃO

O Grau de urbanização trata-se do percentual das pessoas residentes em áreas em relação ao total populacional do espaço onde está inscrita esta área urbana. É a Mensuração do processo de urbanização de um determinado espaço.

A localização de São José dos Campos tem sido importante para o seu desenvolvimento e a partir de 1950, o contexto nacional foi determinante para o seu crescimento. O processo de industrialização começou em 1930, porém, intensificou-se com a inauguração da Rodovia

Presidente Dutra nos anos 50 e a instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Para atrair as primeiras indústrias foi promulgada a lei 04/1920 que concedia terrenos gratuitamente para as indústrias e isentava de pagamento de impostos por 25 anos.

As empresas se instalaram no entorno da Rodovia Presidente Dutra que resultou em intensa valorização imobiliária dos terrenos próximos, mais bem servidos de infraestrutura e, por isso, disputados pelas indústrias e pelos loteamentos residenciais destinados à população com maior poder aquisitivo. A população de baixa renda, que migrava para trabalhar nas indústrias, ocupou loteamentos populares e irregulares, localizados na periferia e em áreas rurais, desprovidos de infraestrutura.

Devido à grande proximidade com o núcleo urbano central, a área de várzea do Rio Paraíba do Sul o Banhado teve algumas de suas partes ocupadas pela malha urbana. Foi nessa área aonde se implantou o primeiro núcleo habitacional irregular do município, a Favela do Banhado, no ano de 1931.

A escala de crescimento da população na década de 70 foi muito maior que a implantação de loteamentos, construções de edifícios residenciais e conjuntos habitacionais, o que fez aumentar, mais uma vez, o valor da terra urbanizada. Nesta época o crescimento de favelas na cidade é grande, passando de 4 núcleos em 73 para 12 em 77. O município não possuía, até então, uma política habitacional municipal definida. A habitação entra na agenda do Poder Público Municipal como um programa para erradicar as favelas. Em 1976 é entregue o Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, na região Sudeste, para abrigar a população das favelas, em especial da Linha Velha para a construção da Avenida Fundo do Vale e do novo Paço Municipal.

Em 1978 é criada a Empresa Municipal de Habitação (EMHA) com a principal diretriz de planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas. Em 1979 a área conhecida como Campo dos Alemães, na região Sul, foi desapropriada e declarada como de interesse social. Nesta gleba foram implantados conjuntos habitacionais e loteamentos populares como o Campo dos Alemães, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Papa João Paulo II e Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Veloso.

No final da década de 90 a gleba do Campo dos Alemães já se encontrava quase completamente ocupada e por isso, a prefeitura passou a dispor de terras em outras regiões da cidade, principalmente na região Leste. Atualmente há um conjunto de empreendimentos que visam reduzir o déficit habitacional em São José dos Campos.

7.3 TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

A taxa de crescimento populacional entre os censos de 2000 e 2010 foi de 1,57% ao ano. A região Oeste e o Distrito de São Francisco Xavier tiveram o maior crescimento populacional proporcional, embora as regiões que tiveram maior aumento de número de residentes tenham sido a Leste e a Sul. A taxa de urbanização estabilizou-se; em 2000 foi de 97,7% e em 2010 ficou em 97,6 como apresentado no gráfico abaixo, com informação do IBGE.

Em 2010 a população de São José dos Campos atingiu 629.921 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE naquele ano. Observando os dados sobre a

evolução da população do município, o crescimento populacional intensifica-se a partir da década de 50, onde a população naquele período, aumentava a uma taxa anual média de 5,64%, enquanto o estado e cresciam em torno de 3% ao ano.

Este crescimento acelerou-se nas duas décadas seguintes, atingindo o pico de 6,84% entre os anos 70 e 80, quando o país apresentava a taxa de 2,51% e o estado não chegava a 3,5%. A população do município praticamente duplicou. Porém, a partir dos anos 80, a taxa de crescimento joseense passou a declinar, aproximando-se gradativamente daquelas apresentadas pelo Brasil e por São Paulo, conforme dados do IBGE – Censos Demográficos e Planejamento Urbano – SPU - PMSJC.

Se o aumento populacional ocorrido ao longo daqueles anos foram realmente excepcionais, mesmo com a taxa de crescimento reduzida registrada entre os dois últimos censos demográficos (2000 e 2010), o aumento populacional absoluto registrado nesse intervalo mais recente – superando a marca de 90 mil pessoas – foi bastante expressivo. Já as variações mais recentes ocorridas na composição das populações rural e urbana relacionam-se com as sucessivas modificações na legislação municipal referente à delimitação dos respectivos perímetros das macrozonas.

7.3.1 Vetores de crescimento nas regiões urbanas:

- Distrito

São Francisco Xavier foi o distrito com a maior taxa de crescimento, sendo que este aumento populacional repartiu-se entre o perímetro urbano e a área rural. Já nas regiões urbanas do município, as taxas de crescimento registradas variam entre 0,20%, na região central, e 4,99%, na região oeste. Com 18,6 km² e uma população de 72.115 residentes, de acordo com o censo de 2010, a região centro apresentou a menor taxa de crescimento populacional dentre as regiões da cidade. Ao longo da última década, o aumento populacional em seu território concentrou-se basicamente na área do bairro Jardim Esplanada II, notadamente ao longo da Avenida Eduardo Cury.

A pequena área urbana do distrito de São Francisco Xavier (1,02 km²), onde em 2010, último levantamento do censo contou 1.342 moradores, compõe uma região com elevada taxa de crescimento, ainda que, nesse caso, o aumento populacional não tenha sido vultoso.

- Região Oeste

A região oeste exibiu a maior taxa de crescimento entre todas as regiões no último período intercensitário. Com a extensão de 44,01 km² e 41.163 residentes em 2010, essa região abrigou dois dos principais vetores de crescimento da cidade na última década. O setor que reúne o Parque Residencial Aquarius, Jardim Altos do Esplanada e Jardim Cassiano Ricardo apresentou um incremento populacional de quase nove mil pessoas. Na área do Urbanova, ocorreu também um crescimento intenso, havendo praticamente triplicado o número de domicílios.

- Região Leste

Ocupando 134,69 km², a região Leste registrou uma taxa de crescimento ligeiramente acima da média da cidade. Nesta região, que atingiu em 2010 uma população de 160.990 pessoas, o crescimento ocorreu de forma dispersa. Os principais incrementos de população

localizaram-se na área formada pelos bairros Jardim São José, Jardim Santa Inês 3, Jardim Coqueiro e conjuntos habitacionais São José e Frei Galvão. O setor dos bairros Galo Branco, Armando Righi, Ribeira e Mantiqueira também assinalou um incremento de população importante. Vale destacar ainda o aumento ocorrido na área dos bairros Jardim Mariana 2, Vila Monterey e Jardim Helena, todos implantados ao longo do período 2000-2010, onde também se localizam os loteamentos irregulares Santa Cecília e Maravilhas do Cajuru.

- Região Sudeste

A região sudeste, que tem um território de 35,66 km², também apresentou crescimento um pouco acima da média geral do município. Este crescimento concentrou-se basicamente no setor do Putim, notadamente onde estão os bairros Jardim Santa Luzia, Jardim Santa Rosa, Jardim Santa Júlia, contribuindo para que a região atingisse 45.800 moradores.

- Região Sul

Maior região da cidade em termos populacionais, a região sul registrou uma taxa de crescimento semelhante à média da cidade. Porém, por causa da elevada população – 233.536 habitantes em 2010 –, mesmo taxas menores de crescimento implicam importantes aumento de pessoas residentes. O crescimento neste território, que ocupa 56,51 km², também se deu de maneira esparsa, com maior destaque – em termos de aumento absoluto – para o setor dos loteamentos Jardim Sul, Bosque dos Ipês e Residencial Gazzo. Outras áreas que mostraram crescimento expressivo foram o Floradas de São José e o espaço que agrupa loteamentos do extremo sul da região, como o Jardim República, o Nova República e o Vila das Flores.

- Região Norte

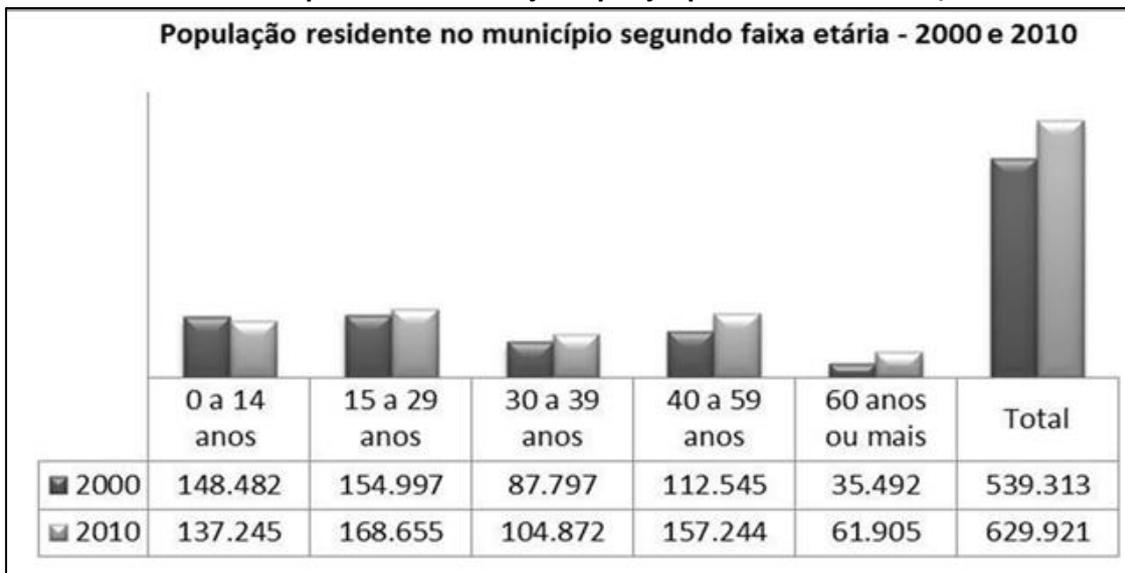
O crescimento populacional ocorrido na região norte situou-se bem abaixo da média da cidade. Com 63,73 km² e 59.800 moradores, segundo o último censo demográfico, este território de topografia bastante acidentada incorporou apenas cerca de 4.600 habitantes entre 2000 e 2010, localizando-se no conjunto formado pelos bairros Caetê, Vila Unidos e pelos loteamentos irregulares Chácara Oliveiras e Chácara Miranda o espaço de maior vitalidade em termos de aumento de população.

7.4 ESTRUTURA ETÁRIA DO MUNICÍPIO

A análise da estrutura etária da população permite avaliar a importância ou peso dos contingentes de crianças, idosos, jovens e pessoas em idade produtiva no total da população de uma determinada unidade territorial, que são fatores condicionantes do dinamismo econômico-social, na medida em que se traduzem em demandas por trabalho e serviços sociais, principalmente educação e saúde.

O Gráfico 1 a seguir, representa as faixas etárias do município de São José dos Campos, permitindo uma análise comparativa das estruturas etárias.

Gráfico 1 – Comparativo da Distribuição População por Faixa Etária – 2000/2010.



Fonte: Censo IBGE (2000 e 2010).

Entende-se por razão de masculinidade é o número de homens de uma população por mil mulheres da mesma população. À medida que a população envelhece, a razão de masculinidade tende a diminuir desde que na região a composição da população não tenha sido modificada por importantes migrações.

Em 2000 a população de São José dos Campos era de 539.313 habitantes (Censo IBGE, 2000). A razão de masculinidade era de 977 homens para 1.000 mulheres e a razão de dependência era de 46,9%. Em 2010, a população do município cresceu para 629.921 habitantes (Censo IBGE, 2010), a razão de masculinidade caiu para 961 homens para 1.000 mulheres, a razão de dependência caiu para 38,90%.

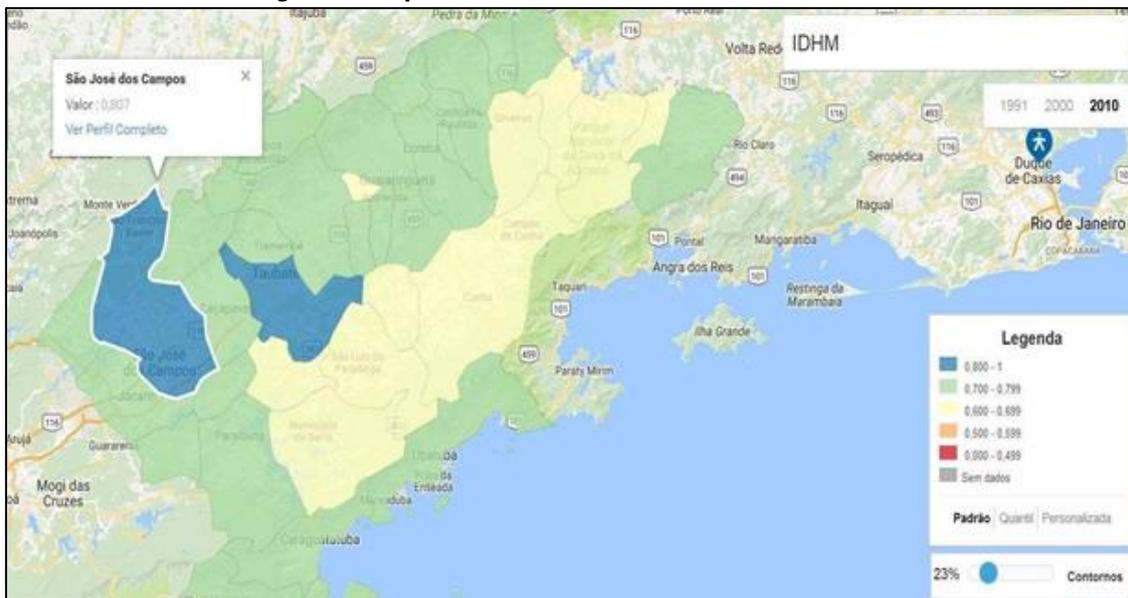
A razão de dependência é a relação entre a soma do número de habitantes com menos de 15 anos e de 65 e mais anos no numerador, e o total de habitantes entre os 15 e 64 anos, no denominador. Quanto maior for essa relação, mais pessoas potencialmente inativas são sustentadas por pessoas potencialmente produtivas economicamente.

7.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) serve de comparação entre os países e tem o objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Em contrapartida o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município é o Indicador de progresso à longo prazo de cidades município e considera três dimensões básicas do desenvolvimento humano: Educação, Saúde e Renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José dos Campos em 2010 foi de 0,807. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1). A seguir, ilustramos o IDH no Vale do Paraíba e Litoral Norte (Figura 2).

Figura 2 – Mapa do IDH do Vale do Paraíba e Litoral Norte.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,109), seguida por Longevidade e Renda. Esse crescimento já havia sido observado no período entre 1991 e 2000, com um crescimento em termos absolutos de 0,246, seguida por Longevidade e por Renda.

O IDHM de São José dos Campos mantém-se acima da média do Brasil e do São Paulo e o coloca na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,855, seguida de Renda, com índice de 0,804, e de Educação, com índice de 0,764, conforme ilustrado a seguir:

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São José dos Campos – SP.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São José dos Campos - SP			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,409	0,655	0,764
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	43,71	58,06	70,28
% de 5 a 6 anos na escola	42,26	73,87	93,09
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	62,72	85,00	89,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	35,88	71,12	78,58
% de 18 a 20 anos com médio completo	17,32	47,92	56,79
IDHM Longevidade	0,754	0,807	0,855
Esperança de vida ao nascer	70,23	73,39	76,27
IDHM Renda	0,727	0,765	0,804
Renda per capita	739,61	936,61	1.190,96

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

7.5.1 Evolução

- Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,739 em 2000 para 0,807 em 2010 - uma taxa de crescimento de 9,20%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,95% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,109), seguida por Longevidade e por Renda.

- Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,607 em 1991 para 0,739 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,75%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 66,41% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,246), seguida por Longevidade e por Renda.

- Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,607, em 1991, para 0,807, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,578 para 0,783. Isso implica em uma taxa de crescimento de 32,95% para o município e 35% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,11% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,355), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Quadro 3 – Quadro comparativo do IDHM – São José dos Campos.

Data	São José dos Campos	Município de maior IDHM no Brasil	Município de menor IDHM no Brasil	IDHM Brasil	IDHM São Paulo
1991	0,607	0,697	0,120	0,493	0,578
2000	0,739	0,820	0,208	0,612	0,702
2010	0,807	0,862	0,418	0,727	0,783

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

- Ranking

São José dos Campos ocupa a 24ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

7.6 ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS)

O IPVS é calculado pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) é um indicador construído com base em estudos e teorias sobre o fenômeno da pobreza, que levam em conta além da renda, outros fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social, tais como escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidades de inserção no mercado de

trabalho, acesso a bens e serviços públicos. O IPVS classifica os setores censitários e, a partir deles, o município combinando e as dimensões demográficas e socioeconômicas, com base nos dados do Censo Demográfico IBGE.

7.6.1 Análise dos setores censitários de maior vulnerabilidade

Os setores de maior vulnerabilidade no município foram selecionados a partir do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, onde elegemos setores com alta ou muito alta vulnerabilidade, e os indicadores do Plano Brasil Sem Miséria, consideramos os setores com 8% ou mais de famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$70,00 – dados Censo 2010). Os setores censitários com, no mínimo, 50 domicílios particulares permanentes foram classificados em um dos sete grupos:

- Grupo 01 – baixíssima vulnerabilidade;
- Grupo 02 – vulnerabilidade muito baixa;
- Grupo 03 – vulnerabilidade baixa;
- Grupo 04 – vulnerabilidade média;
- Grupo 05 – vulnerabilidade alta;
- Grupo 06 – vulnerabilidade muito alta (engloba apenas os setores censitários classificados no Censo Demográfico como “aglomerados subnormais” com concentração de população jovem e de baixa renda);
- Grupo 07 – setores censitários rurais de alta ou muito alta vulnerabilidade.

Tendo em vista que para a classificação dos setores censitários, a Fundação SEADE, apenas considerou os setores censitários com mais de 50 domicílios permanentes, ficaram de fora 58 setores correspondente a 5,6% do total. Conforme dados do IPVS, 66% da população do município reside em áreas de vulnerabilidade baixa ou muito baixa e 9,3% em setores de baixíssima vulnerabilidade. A população residente em área de muito alta vulnerabilidade corresponde a 1,1%, sendo que na área rural o percentual de moradores em áreas com esta classificação é de 0,8%.

Comparando-se os dados do município em relação à Região Metropolitana, a cidade de São José dos Campos concentra 70% da população que reside em áreas de baixíssima vulnerabilidade e 57% daquelas que residem em território de muito alta vulnerabilidade.

Quando analisamos a distribuição dos setores de alta ou muito alta vulnerabilidade (Gráfico 2 e Gráfico 3) pelas regiões do município, identificamos 25 destes setores (equivalente a 30,5%) localizam-se na Região Leste após o Rodovia Presidente Dutra. A Região Sul concentra 34,1% com 28 setores, porém destes 11 (muito alta vulnerabilidade) se referem ao Pinheirinho que foi objeto de reintegração de posse em 2012 e, portanto, não possuem mais moradores. Os territórios localizados na área rural caracterizados com de muito alta vulnerabilidade estão concentrados na região Norte com 90% do total.

Gráfico 2 – Setores Censitários por IPVS.

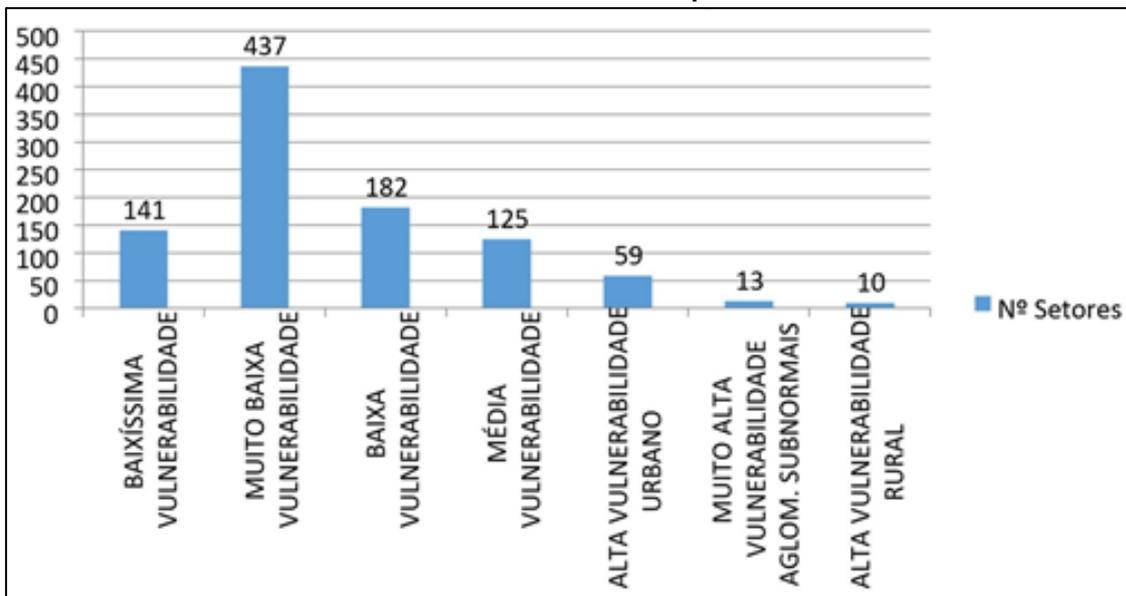
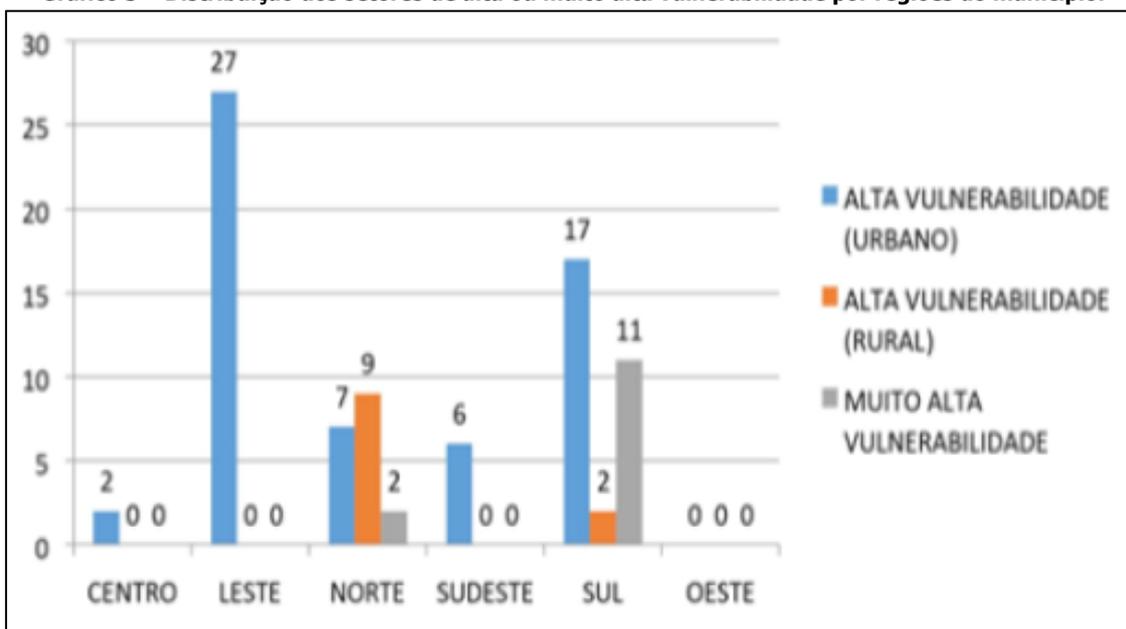


Gráfico 3 – Distribuição dos setores de alta ou muito alta vulnerabilidade por regiões do município.



7.7 ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPS)

O IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, inclui quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três

eixos considerados. Mensura condições dos municípios Paulistas em termos de riqueza, longevidade e escolaridade em uma escala de 0 a 100.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade – e, agora, inseridos também os dados sobre meio ambiente. Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.

O Grupo 1 engloba os municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. Em 2008, o Grupo 1 da Região Administrativa de São José dos Campos era formado por São José, Taubaté, Ilhabela e Jacareí, melhor ilustrado a seguir:

Quadro 4 – Grupo 1.

Ano base	Grupo IPRS	Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
2008	1	59	77	72
2006	1	58	75	68
2004	1	57	72	57
2002	1	56	69	58
2000	1	66	66	53

Fonte: Fundação SEADE.

7.8 POPULAÇÕES ECONOMICAMENTE ATIVAS, URBANA E RURAL

O dinamismo econômico-social de uma localidade ou região é função da relação entre oferta e demanda de mão de obra, isto é, do grau de inserção das pessoas no mercado de trabalho, o que pode ser expresso por meio de indicadores como as taxas de atividade e ocupação da força de trabalho e a taxa de desemprego. Entre 2000 e 2010, a população economicamente ativa (PEA) acima de 18 anos de idade passou de 68,91% em 2000 para 70,71%. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,25% em 2000 para 7,11% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 1,18% trabalhavam no setor agropecuário, 1,28% na indústria extrativa, 14,66% na indústria de transformação, 9,62% no setor de construção, 1,07% nos setores de utilidade pública, 14,51% no comércio e 50,76% no setor de serviços.

Vale lembrar que, segundo a terminologia adotada pelo IBGE:

- A população em idade ativa (PIA) compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, incluindo as pessoas economicamente ativas (PEA) e as não economicamente ativas (PNEA);

- A população economicamente ativa (PEA) é o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, compreendendo as pessoas ocupadas e desocupadas;
- Pessoas ocupadas são aquelas que, num determinado período de referência, trabalharam, ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); compreendem empregados (com ou sem carteira assinada), trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores não remunerados;
- Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.);
- As pessoas não economicamente ativas (PNEA) são aquelas não enquadradas como ocupadas ou desocupadas;
- O percentual de PIA que abrange as que eram economicamente ativas na semana de referência da pesquisa expressa a Taxa de Atividade (PEA/PIA);
- O percentual de PIA que abrange as que eram economicamente não ativas na semana de referência da pesquisa expressa a Taxa de Inatividade (PNEA/PIA);
- O percentual de PEA que abrange as que estavam ocupadas na semana de referência da pesquisa expressa a Taxa de Ocupação da força de trabalho (Ocupados/PEA);
- O percentual de PEA que abrange as que estavam desocupadas na semana de referência da pesquisa expressa a Taxa de Desemprego Aberta (Desocupados/PEA).

Em tempo o setor de Serviços concentra o maior volume de empregos formais, com 96.235 postos de trabalho em 2014, seguido pelo setor Indústria de Transformação com 42.485 postos, apesar da redução no número de vagas. O setor de Comércio vem crescendo anualmente e em 2014 ficou em terceiro lugar com 41.157 postos. Juntos os três setores concentram 85,74% do total de empregos formais do município.

7.8.1 População ocupada por setor econômico

Para identificação destes setores censitários levou-se em consideração a porcentagem de famílias em situação de miséria. Considerando os parâmetros estabelecidos no Programa Brasil Sem Miséria, usamos como corte os setores com 8% ou mais de famílias com renda per capita até R\$70,00 (Censo 2010).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, São José dos Campos possui 1,9 % das pessoas em situação de miséria totalizando 12.140 pessoas provenientes de famílias com renda per capita de até R\$ 70,00. O município possui 50 setores censitários (4,8% do total) com 8% ou mais dos residentes em situação de extrema pobreza. Destes, 16 (32%) estão na Região Leste e 14 (28%) na Região Sul. No entanto, do total de setores em extrema pobreza da Região Sul 78,5% (11) se referem ao Pinheirinho que foi desocupado através de ação de reintegração de posse em 2012.

Os setores censitários foram identificados e localizados geograficamente dentro do município, favorecendo a visualização de sua distribuição pelas regiões, conforme mapa abaixo,

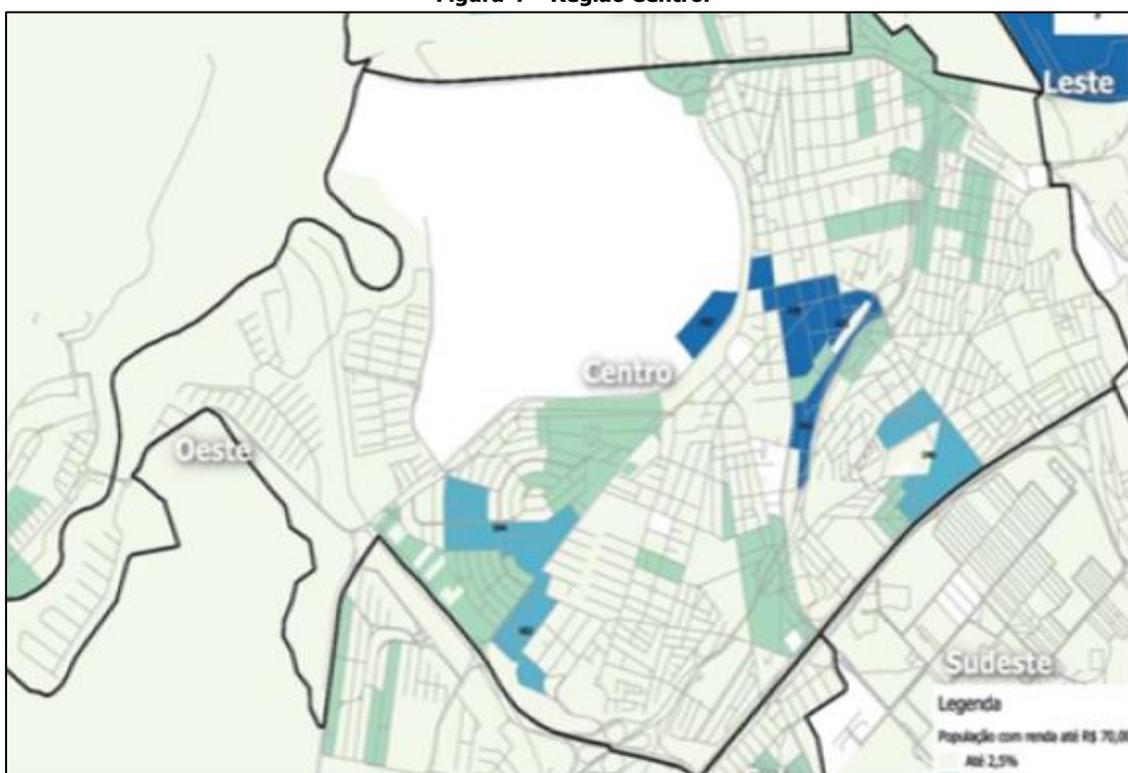
produzido pela Secretaria de Planejamento Urbano a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Considerando a distribuição geográfica destes setores, analisamos individualmente cada região a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.

- Região Centro

A Região Centro possui sete setores com 8% da população com renda per capita até R\$ 70,00. Sobressaindo o Banhado (16,8 %). Local que o município já possui proposta de remoção da população haja vista ser local de proteção ambiental. Embora localizado no centro da cidade, 66 dos domicílios possuem outras formas de abastecimento de água, 10 não possuem banheiro, 59 pessoas responsáveis são analfabetas e 200 crianças de 0 a 6 anos. Conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Região Centro.

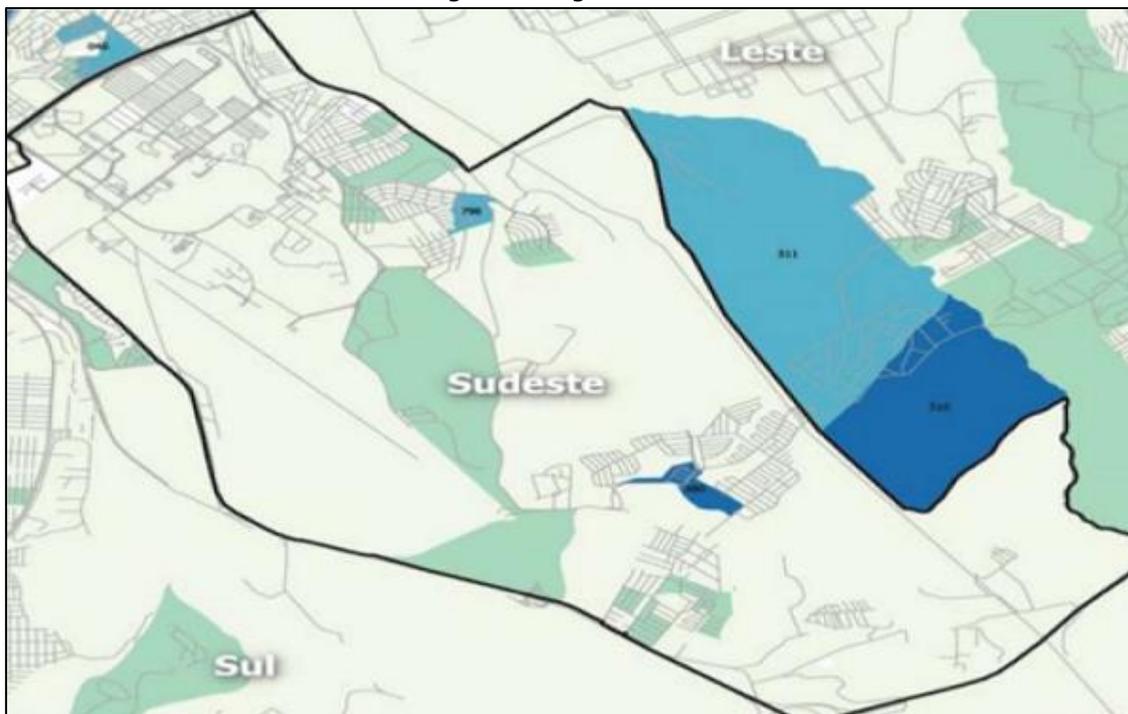


Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

- Região Sudeste

Esta região possui dois setores de maior vulnerabilidade, tendo destaque para o Jardim Santa Luzia com 13,2% das famílias com renda até 70,00. Conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 – Região Sudeste.



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

- Região Leste

A Região Leste, de acordo com os indicadores do Plano Brasil sem Miséria, possui o maior número de setores censitários com concentração acima de 8% de famílias em situação de extrema pobreza, 16 setores. Assim, como no IPVS, verifica-se que a maioria dos setores censitários com concentração de famílias em extrema pobreza está abaixo da Rodovia Presidente Dutra.

Cabe salientar que embora alguns setores possa lançar um percentual alto de famílias vulneráveis a quantidade nominal poderá ser pequena, haja vista que em alguns setores o número de famílias é pequeno, como, por exemplo, o parque tecnológico com 100% das famílias vulneráveis, porém correspondente a duas famílias residentes. Enquanto que na Chácara Araújo 12,70% da população com rendimento per capita de até R\$70,00 abrange o universo de 243 famílias.

O setor censitário que abrange a Chácara Araújo concentra o maior número de crianças de 0 a 6 anos na região, com 234. Cabe salientar que no setor não há Escola de Educação Infantil, as escolas mais próximas estão localizadas nos bairros Jardim Castanheira e Paraíso do Sol.

Cabe salientar que embora o município tenha baixo índice de analfabetismo, em dos setores censitários que compõe o Jardim São José II, 31 pessoas responsáveis não são alfabetizadas, embora tenha Escola de Ensino Fundamental e EJA – Educação de Jovens e Adultos no Bairro. Conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Região Leste.



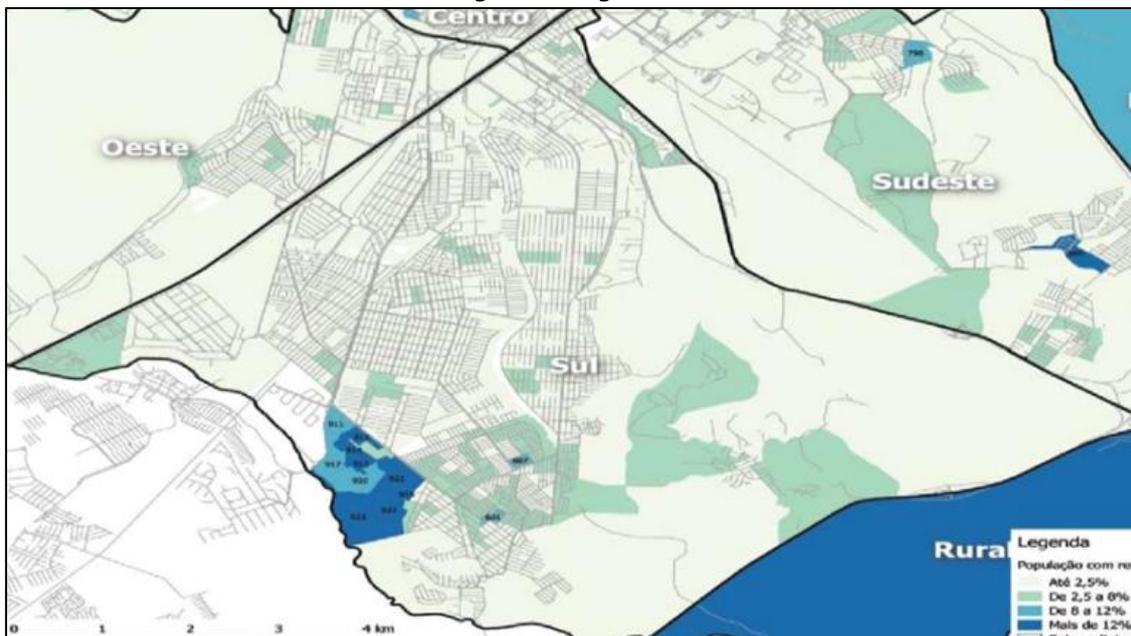
Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

- Região Sul

A região Sul possui 14 setores socioeconômicos com mais de 8% de renda per capita até R\$ 70,00 reais, sendo que destes 11 estavam localizados no Pinheirinho, no entanto as famílias foram removidas após reintegração de posse em 2012.

Considerando que está sendo construído um Conjunto Habitacional para assentamento das famílias removidas do Pinheirinho através do Programa Minha Casa Minha Vida o “Pinheirinho dos Palmares” na Região Sudeste é de vital importância o olhar e o planejamento desta região. Conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Região Sul.



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

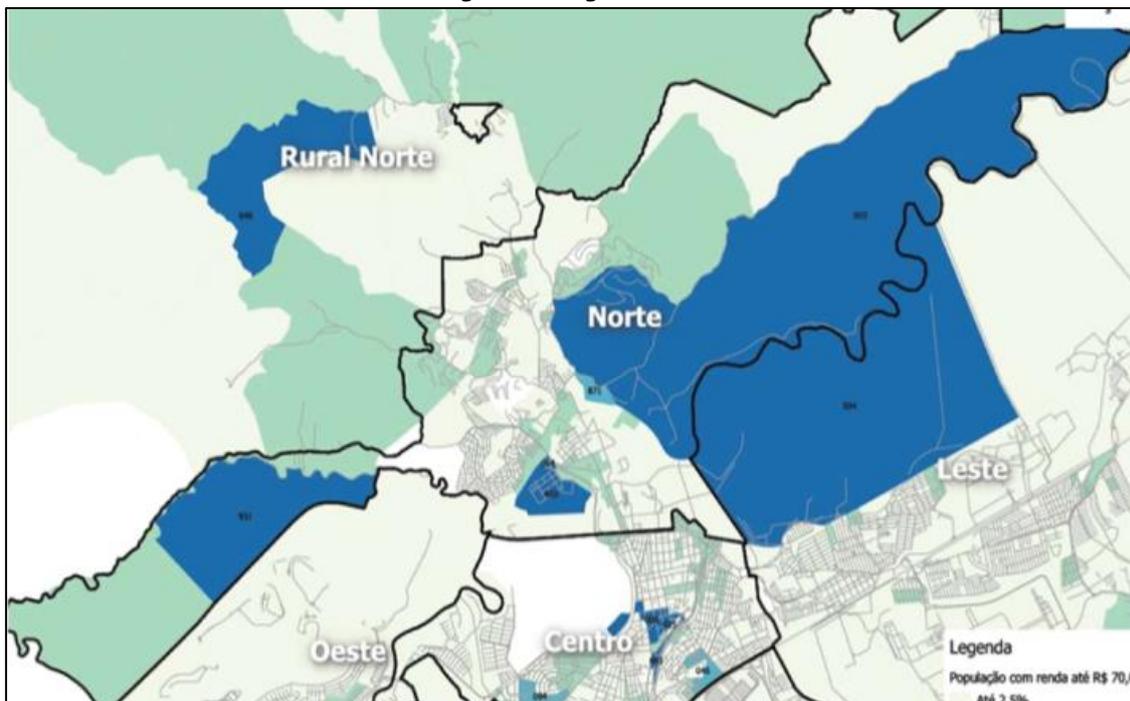
- Região Norte

Ênfase para os Setores Rurais e Distrito de São Francisco Xavier com os maiores índices de vulnerabilidade. A área rural Pau de Saia possui 34 famílias, sendo 61,80% de famílias vulneráveis. No entanto, o índice de analfabetismo e o número de crianças não se destacam.

Já no Setor Cachoeirinha/ Freitas 108 famílias vulneráveis (16,70%), possui 21 pessoas responsáveis analfabetas e 76 crianças de 0 a 6. Águas de Canindú, setor indicado como prioritário para a realização da Busca Ativa em março de 2015. Possui 167 famílias (14%) com renda per capita até R\$ 70,00; 27 pessoas responsáveis analfabetas e 156 crianças de 0 a 6.

O Setor Vargem Grande com 54 (19,10%) famílias vulneráveis, possui 79 domicílios com outra forma de abastecimento de água; 3 domicílios sem energia; 15 responsáveis analfabetos; 31 crianças de 0 a 6 anos e 4 domicílios em outras condições de ocupação. Dados que requerem atenção pela falta de acesso a serviços básicos agregando o fator renda. Conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Região Norte.



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social.

7.9 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E SUA EVOLUÇÃO

Em 2016, o salário médio mensal era de 3.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 12 de 645 e 119 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 48 de 5570 e 406 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 267 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4212 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Os empregos em São José dos Campos estão concentrados basicamente no setor terciário, com 139.607 postos de trabalho no município (2017), equivalendo a 74,47% do total dos empregos. A maior parte da mão de obra do setor terciário é alocada no Comércio e Serviços (67,08%) e os 7,39% empregos restantes se concentram na Administração Pública. A indústria também emprega uma parte importante dos moradores de São José dos Campos, representando 19,83% do total de oportunidades geradas. No total são 187.441 postos de trabalho distribuídos por 14.099 estabelecimentos, conforme tabela a seguir baseada nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego informando a respeito do emprego formal e número de estabelecimentos para o ano de 2017, demonstrando essa situação.

Tabela 1 – Empregos e Estabelecimentos por Setor.

SETOR	EMPREGOS		ESTABELECEMENTOS	
	QTDE	%	QTDE	%
Extrativa Mineral	13	0,01	1	0,01
Indústria de Trans.	37.175	19,83	1.014	7,19
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.396	0,74	34	0,24
Construção Civil	8.407	4,49	846	6,00
Comércio	38.770	20,68	5.321	37,74
Serviços	86.978	46,40	6.638	47,08
Admin. Pública	13.859	7,39	16	0,11
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	843	0,45	229	1,62
TOTAL	187.441	100	14.099	100

Fonte: Ministério de Trabalho e Emprego, RAIS (2017).

A taxa de atividade no município superava em 2010 a marca dos 73,38% da população acima de 18 anos, com grau de formalização dos empregos de 70,64%. O percentual da população com ganhos abaixo de 1 salário mínimo era de 12,1% em 2010. (PNUD/IPEA/FJP, 2010) Em 2010 a renda per capita média era de R\$ 3.667,37 para a AID/AII do empreendimento, conforme dados dos setores censitários do IBGE. Este valor representa o triplo da renda per capita média do município de São José dos Campos, indicando uma concentração de população com nível socioeconômico superior ao restante do território municipal, com concentração de renda bastante relevante.

Apesar dessa diferença notável, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 255,00, equivalente à metade do salário mínimo – R\$ 510,00 - vigente em agosto de 2010) o município de São José dos Campos diminuiu significativamente nos últimos 20 anos censitários, quando o índice passou de 9,59% em 1991 para 3,89% em 2010. Nesse indicador, São José dos Campos se destaca positivamente com relação ao índice nacional (15,20%). A desigualdade social - demonstrada pelo Índice de Gini - seguiu o movimento do índice de pobreza, recuando para 0,55 em 2010.

7.10 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE

O Quadro 5 apresenta a projeção da população por faixa etária quinquenais do município.

Quadro 5 - Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho.

Faixa Etária - Quinquenal	Homem	Mulher	Total
00 a 04 anos	24.280	23.131	47.411
05 a 09 anos	24.369	23.362	47.731
10 a 14 anos	21.811	21.269	43.080
15 a 19 anos	23.880	22.678	46.558
20 a 24 anos	27.577	26.809	54.386

25 a 29 anos	28.526	28.363	56.889
30 a 34 anos	30.183	30.220	60.403
35 a 39 anos	29.867	30.975	60.842
40 a 44 anos	26.804	28.028	54.832
45 a 49 anos	22.940	24.705	47.645
50 a 54 anos	20.711	23.162	43.873
55 a 59 anos	18.613	21.743	40.356
60 a 64 anos	16.060	18.382	34.442
65 a 69 anos	12.125	14.347	26.472
70 a 74 anos	7.969	9.851	17.820
75 anos e mais	7.952	12.174	20.126
Total da Seleção	343.667	359.199	702.866
Total Geral da População	343.667	359.199	702.866

Fonte: Fundação SEADE.

7.11 MÃO DE OBRA LOCAL

Os empregos em São José dos Campos estão concentrados basicamente no setor terciário, com 139.607 postos de trabalho no município (2017), equivalendo a 74,47% do total dos empregos. A maior parte da mão de obra do setor terciário é alocada no Comércio e Serviços (67,08%) e os 7,39% empregos restantes se concentram na Administração Pública. A indústria também emprega uma parte importante dos moradores de São José dos Campos, representando 19,83% do total de oportunidades geradas. No total são 187.441 postos de trabalho distribuídos por 14.099 estabelecimentos, conforme já demonstrado na Tabela 1.

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de São José dos Campos disponibiliza vagas de emprego nas mais diversas áreas do mercado de trabalho, todas elas estão cadastradas no Portal Mais Emprego e estão acessíveis para quem tiver cadastro no Portal.

Para concorrer, é preciso que o perfil do candidato seja compatível ao perfil da vaga oferecida para gerar o encaminhamento para entrevista. As vagas publicadas diariamente podem ser consultadas por meio do PAT e também pode ser acessada pelo aplicativo de celular "SINE FÁCIL". As vagas podem ser preenchidas no mesmo dia, antes de ser retiradas da lista constante no site oficial.

O município conta também com o site¹ Emprega São José, em que é disponibilizada uma lista de e-mail de agências de empregos que os candidatos podem enviar currículo.

7.12 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

De acordo com a fonte IBGE/INEP, 2010/2017, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.6 no IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio entre as escolas públicas de São José dos Campos era, no ano de 2009, de 5,2; valor acima ao das escolas municipais e estaduais de todo o Brasil, que é de 4,0 conforme dados do IDEB tendo obtido avanços em comparação aos anos anteriores. O

¹ Disponível em: <www.empregasaosjosecampos.com>.

valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação era de 0,933 (classificado como muito elevado), enquanto o do Brasil é 0,849.

Comparando com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava a cidade de São José dos Campos na posição 127 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 123 de 645. A taxa de escolarização, no Ensino Fundamental, onde tem caráter obrigatório para todas as crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos, foi de 97.4 em 2010 atingindo quase 100% da população nessa faixa etária. Isso posicionava o município na posição 466 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3079 de 5570 dentre as cidades do Brasil conforme indicado na fonte Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A Quadro 6 informa os números de escolas, matrículas e docentes na educação básica existentes em São José dos Campos, em 2015, conforme a base de dados Cidades, do IBGE, permitindo uma caracterização dos recursos físicos e humanos disponíveis no ensino público e privado.

Nesse ano, havia 447 escolas de educação básica em São José dos Campos. Deste total, 195 escolas eram destinadas ao ensino pré-escolar (43,6%); 171 escolas para o ensino fundamental (38,3%); e 81 escolas para o ensino médio (18,1%). A rede pública (estadual e municipal) do município contava com 235 escolas (52,6% do total), e a rede privada, com 212 estabelecimentos (47,4%).

Do total de 125.660 matrículas registradas na educação básica de São José dos Campos, 17.377 matrículas estavam no ensino pré-escolar (13,8%), 79.299 no ensino fundamental (63,1%), e 28.984 no ensino médio (23,1%).

Quadro 6 – Escolas, Matrículas, Docentes e Razão Matrículas/Docente por Nível de Ensino e Categoria de Escola – Município de São José dos Campos – 2015.

Rede escolar por nível de ensino e categoria de escola		Escolas	Matrículas	Docentes	Matrículas/Docentes
Ensino pré-escolar (educação infantil)	Escola pública municipal	72	11.954	556	22
	Escola privada	123	5.423	400	14
	Total	195	17.377	956	18
Ensino fundamental	Escola pública municipal	45	33.500	1.439	23
	Escola pública estadual	68	29.917	1.524	20
	Escola privada	58	15.882	1.135	14
	Total	171	79.299	4.098	19
Ensino médio	Escola pública estadual	50	21.680	1.144	19
	Escola privada	31	7.304	578	13

	Total	81	28.984	1.722	17
	Total Geral	447	125 660	6 776	19

Fonte: IBGE, Cidades.

Um dos programas coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, segundo informação do IBGE (Censo 2010), com foco voltado à população para adultos que não concluíram o ensino fundamental é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é a rede de ensino gratuita e a rede de Educação Especial, onde alunos que têm deficiência física são conduzidos por professores especializados.

A Secretaria de Educação e Cidadania investiu na manutenção da estrutura física das escolas e na formação continuada de docentes e graças ao trabalho articulado com o Conselho Municipal de Educação gerando o desenvolvimento de qualidade na educação básica tendo como objetivo a melhoria no processo de aprendizagem dos alunos, incluindo o investimento e garantia pelo município de material didático-escolar, alimentação adequada e de qualidade e transporte escolar.

Por meio de pesquisa no cadastro do e-MEC, foram identificadas 58 instituições de Educação Superior presencial e Curso Superior à distância gratuitos realizado em parceria com a Prefeitura e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com certificado de conclusão reconhecidos pelo MEC com a mesma validade do diploma de curso superior presencial. Além disso, São José dos Campos conta com 96 cursos profissionalizantes. No Senac, há cursos técnicos nas áreas de arquitetura, urbanismo, beleza, estética, comunicação, artes, gastronomia, alimentação, gestão de negócios, meio ambiente, saúde, segurança no trabalho, moda, bem estar e tecnologia da informação. Além desses, apresenta ainda diversos cursos livres e pós-graduação. O SENAI, também está presente no município atendendo cursos técnicos, profissionalizantes, ensino superior e aprendizagem industrial.

7.12.1 Taxa de alfabetização

Em 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio entre as escolas públicas de São José dos Campos era de 5,2, valor acima ao das escolas municipais e estaduais de todo o Brasil, que é de 4,0. O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação era de 0,933 (classificado como muito elevado), enquanto o do Brasil é 0,849.

O município contava, em 2009, com aproximadamente 87 484 matrículas nas redes públicas e particulares. Segundo o IBGE, naquele mesmo ano, das 176 escolas do ensino fundamental, 81 pertenciam à rede pública municipal, 39 à rede pública estadual e 56 eram escolas particulares. Dentre as 75 instituições de ensino médio, 46 pertenciam à rede pública estadual e 29 às redes particulares. Em 2000, 7,3% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, naquele ano, era de 71,3%. O índice de alfabetização da população 15 ou mais de idade, em 2010, era de 97,0%.

A Lei Municipal nº 3.939, de 21 de março de 1991, criou a Secretaria Municipal de Educação, que tem como objetivo coordenar e assessorar administrativa e pedagogicamente o sistema escolar de São José dos Campos. São exemplos de programas coordenados pela Secretaria com foco voltado à população a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é a rede

de ensino gratuita e voltada para adultos que não concluíram o ensino fundamental e a rede de Educação Especial, onde alunos que têm deficiência física são conduzidos por professores especializados. Dados da Ciência e Tecnologia de SJC.

Em relação ao analfabetismo existente a educação, em São José dos Campos experimentou uma considerável evolução nos últimos 20 anos, percebido pela diminuição das taxas de analfabetismo. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais em São José dos Campos, atinge 3%, da população em 2017. Em 1991, 9% da população adulta era analfabeta. Em 2000 essas taxas decresceram bastante, resultado dos investimentos na área da educação, chegando a 6% da população analfabeta neste ano, reduzindo na década seguinte, atingindo 3,6%. O levantamento foi elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE.

Em 2000, 7,3% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, naquele ano, era de 71,3%. O índice de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, em 2010, era de 97,0%.

A meta da prefeitura é zerar o analfabetismo no Município até o final deste Plano Municipal de Educação e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

7.12.2 Grau de cobertura dos serviços educacionais e demandas por educação

De acordo com a fonte IBGE/INEP, 2010/2017, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.6 no IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) médio entre as escolas públicas de São José dos Campos era, no ano de 2009, de 5,2; valor acima ao das escolas municipais e estaduais de todo o Brasil, que é de 4,0 conforme dados do IDEB tendo obtido avanços em comparação aos anos anteriores. O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação era de 0,933 (classificado como muito elevado), enquanto o do Brasil é 0,849.

Comparando com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava a cidade de São José dos Campos na posição 127 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 123 de 645. A taxa de escolarização, no Ensino Fundamental, onde tem caráter obrigatório para todas as crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos, foi de 97.4 em 2010 atingindo quase 100% da população nessa faixa etária. Isso posicionava o município na posição 466 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3079 de 5570 dentre as cidades do Brasil conforme indicado na fonte Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Um dos programas coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, segundo informação do IBGE (Censo 2010), com foco voltado à população para adultos que não concluíram o ensino fundamental é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é a rede de ensino gratuita e a rede de Educação Especial, onde alunos que têm deficiência física são conduzidos por professores especializados.

A Secretaria de Educação e Cidadania investiu na manutenção da estrutura física das escolas e na formação continuada de docentes e graças ao trabalho articulado com o Conselho Municipal de Educação gerando o desenvolvimento de qualidade na educação básica tendo como objetivo a melhoria no processo de aprendizagem dos alunos, incluindo o investimento e

garantia pelo município de material didático-escolar, alimentação adequada e de qualidade e transporte escolar.

Por meio de pesquisa no cadastro do e-MEC, foram identificadas 58 instituições de Educação Superior presencial e Curso Superior à distância gratuitos realizado em parceria com a Prefeitura e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com certificado de conclusão reconhecidos pelo MEC com a mesma validade do diploma de curso superior presencial. Além disso, São José dos Campos conta com 96 cursos profissionalizantes. No Senac, há cursos técnicos nas áreas de arquitetura, urbanismo, beleza, estética, comunicação, artes, gastronomia, alimentação, gestão de negócios, meio ambiente, saúde, segurança no trabalho, moda, bem estar e tecnologia da informação. Além desses, apresenta ainda diversos cursos livres e pós-graduação. O SENAI, também está presente no município atendendo cursos técnicos, profissionalizantes, ensino superior e aprendizagem industrial.

7.12.3 Número de estabelecimentos de ensino na AID

A quantidade de estabelecimentos de ensino para atender a educação básica em São José dos Campos é bastante efetiva, o que mostra uma infraestrutura adequada para o atendimento da educação. O 2009 o município contava com aproximadamente 87 484 matrículas nas redes públicas e particulares. Segundo o IBGE, naquele mesmo ano, das 176 escolas do ensino fundamental, 81 pertenciam à rede pública municipal, 39 à rede pública estadual e 56 eram escolas particulares. Dentre as 75 instituições de ensino médio, 46 pertenciam à rede pública estadual e 29 às redes particulares.

Atualmente conforme informações do site Escolas.inf.br as escolas públicas e particulares na cidade de São José dos Campos/SP são de 116 escolas municipais, 81 estaduais e 190 privadas.

7.12.4 Número de matrículas por série em relação à população em idade escolar correspondente

O número de matrículas por série em relação à população em idade escolar, conforme dados do IBGE em 2017 corresponde a 17.205 no Ensino pré – escolar, 87.484 no Ensino Fundamental e 29.754 no Ensino Médio.

Número de pessoas matriculadas em 2018 por faixa etária:

- Ensino Pré-Escolar:
 - De 0 a 3 anos matriculadas na pré-escola é de 18.056;
 - De 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola é de 18.651.
- Ensino Fundamental:
 - De 06 a 14 anos no Ensino fundamental é de 79.124.
- Ensino Médio:
 - De até 17 anos em educação especial em classes comuns é de 2.581;
 - De 18 a 29 anos na modalidade EJA 3.332.

Número estimado da população em 2018 por faixa etária de 18 a 29 anos: 131.000.

As matrículas em tempo integral de crianças de 0 a 5 anos são realizadas em 47 unidades escolares das redes direta e parceira, com atendimento diário de até 10 horas conforme a dados da Fundação Seade - Retratos de São Paulo.

A oferta de educação em tempo integral no ensino fundamental da rede municipal, é de matrícula optativa e tem como base o Programa Novo Mais Educação com múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à língua estrangeira, às artes, ao esporte, à ciência, à tecnologia e a cidadania, determinadas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

O município ofereceu a modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA a todos os interessados que interromperam os estudos na educação básica e desejam retornar e algumas escolas, realizaram o direcionamento informal, por meio de contato direto com os diretores da rede estadual, e assim viabilizaram o acesso dos alunos ao ensino médio.

A rede estadual conta com o polo do CEEJA - Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, localizado na região norte do município, que oferece o ensino fundamental do 6º ao 9º ano e o ensino médio, de presença flexível, com atendimento individualizado de orientação de estudos e realização de avaliações.

Aos jovens e adultos que se encontravam no sistema prisional, foi garantida a continuidade de estudos por meio do Programa de Educação nas Prisões, com a oferta na modalidade EJA no ensino fundamental e médio, em classes vinculadas à Escola Estadual Euclides Bueno Miragaia. Informações e pesquisas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica..

7.12.5 Taxa de analfabetismo

Em relação ao analfabetismo existente a educação, em São José dos Campos experimentou uma considerável evolução nos últimos 20 anos, percebido pela diminuição das taxas de analfabetismo. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais em São José dos Campos, atinge 3%, da população em 2017. Em 1991, 9% da população adulta era analfabeta. Em 2000 essas taxas decresceram bastante, resultado dos investimentos na área da educação, chegando a 6% da população analfabeta neste ano, reduzindo na década seguinte, atingindo 3,6%. O levantamento foi elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE.

Em 2000, 7,3% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, naquele ano, era de 71,3%.

A meta da prefeitura é zerar o analfabetismo no Município até o final deste Plano Municipal de Educação e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

7.13 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Nesta seção, descrevem-se aspectos importantes da infraestrutura física existentes em São José dos Campos, quais sejam, as infraestruturas regionais de transportes e energia elétrica e a situação atual dos serviços de transporte urbano e saneamento básico.

7.13.1 Infraestrutura regional de transportes

A rede viária regional em São José dos Campos é constituída pelas seguintes rodovias:

- Rodovia Presidente Dutra, ou Via Dutra (SP-060): Trecho da rodovia federal BR-116 que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, através da região do Vale do Paraíba. A Via Dutra interliga extensa rede de cidades ao longo do vale (Arujá, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, etc.) e articula-se a outras importantes rodovias federais ou estaduais que conectam o planalto paulista aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e aos litorais norte-paulista e sul-fluminense. Atravessa o município de São José dos Campos, cortando o seu território na direção sudoeste-nordeste; o percurso desde a capital é de 94km até a cidade de São José dos Campos. A rodovia é operada pela concessionária NovaDutra.
- Rodovia Governador Carvalho Pinto (SP-070): Esta rodovia estadual tem início no entroncamento com a Rodovia Ayrton Senna, no município de Guararema, e termina na intersecção com a Rodovia Presidente Dutra, no município de Taubaté, dando acesso também à Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123), que leva a Campos do Jordão e ao Sul de Minas Gerais (Itajubá, via BR-383). A SP-070 segue mais ou menos paralelamente à Via Dutra e atravessa a porção meridional do município de São José dos Campos, dando acesso à cidade por meio do trevo com a rodovia SP-090 (São José dos Campos – Caraguatatuba). É operada pela concessionária Ecopistas.
- Rodovia Dom Pedro I (SP-065): Rodovia estadual perimetral que conecta o Vale do Paraíba à região de Campinas e interliga as rodovias Governador Carvalho Pinto, Presidente Dutra, Fernão Dias e Anhanguera, entre outras. Liga as cidades de Jacareí, Atibaia e Campinas e outros centros urbanos de menor porte. É operada pela DERSA.
- Rodovia dos Tamoios (SP-099): Faz a ligação entre São José dos Campos, onde tem início, e Caraguatatuba, onde termina, passando por Paraibuna. É a principal ligação rodoviária entre o planalto e o litoral norte do estado de São Paulo. Atualmente, é operada em sua maior parte pelo DER-SP, havendo um pequeno trecho inicial, em São José dos Campos, operado pela concessionária Ecopistas. Recentemente, esta rodovia foi duplicada pela DERSA no trecho do planalto, dando-se início também às obras dos Contornos de Caraguatatuba (Norte) e São Sebastião (Sul), no litoral, e às sondagens geotécnicas no trecho da Serra do Mar. A operação da Rodovia dos Tamoios foi recentemente licitada pela DERSA e concedida ao Consórcio Litoral Norte, da Construtora Queiroz Galvão, que deverá iniciar suas atividades em breve.
- Rodovia Monteiro Lobato (SP-050): Rodovia estadual que liga São José dos Campos a Monteiro Lobato, passando pelo distrito de São Francisco Xavier (SJC), e que também dá acesso a Campos do Jordão. É operada pelo DER-SP.
- Rodovia Prefeito Edmir Viana Moura / Vito Ardito (SP-062): Parte da antiga Estrada Velha Rio-São Paulo, liga o distrito de Eugênio de Melo, em São José dos Campos, à cidade de Cachoeira Paulista, passando por várias outras

idades paulistas do Vale do Paraíba, mais ou menos paralelamente à Via Dutra. É operada pelo DER-SP.

- Rodovia Henrique Eroles / Geraldo Scavone (SP-066): Trecho remanescente da Estrada Velha Rio-São Paulo, esta rodovia liga Suzano e Mogi das Cruzes, na RMSP, a Guararema, Jacareí e São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Operada pelo DER-SP.

Outras rodovias estaduais têm importância secundária, caso da SP-103, que liga a Rodovia dos Tamoios a Jambeiro e Caçapava, e também da SP-088, que interliga as rodovias Presidente Dutra e dos Tamoios, passando por Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim e Salesópolis.

São José dos Campos conta com Terminal Rodoviário, que atende linhas de ônibus intermunicipais estaduais e interestaduais, operadas por várias empresas.

7.13.2 Infraestrutura municipal de transportes

A Secretaria de Transportes de São José dos Campos atua em todos os aspectos relacionados com o transitar na cidade, dos deslocamentos de pedestres e bicicletas aos fluxos de veículos individuais e coletivos, passando pelo planejamento e a implantação de novas vias, o controle do transporte público e coletivo, a fiscalização e a engenharia de tráfego, além de campanhas de orientação sobre segurança e regras de trânsito para a população em geral. Dentre as iniciativas com esses objetivos, estão a valorização do transporte público, com o investimento em novos veículos e a introdução das faixas exclusivas e preferenciais para a circulação de ônibus e transporte alternativo.

Com base na Lei Federal 12.587/2012, foi elaborado o Plano de Mobilidade de São José dos Campos, que prevê que os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem planos que privilegiem os deslocamentos feitos a pé, de bicicleta e por transporte público coletivo. Em fevereiro de 2016 o Plano de Mobilidade foi aprovado pelo Legislativo e São José dos Campos, passando o município a contar com uma Política Municipal de Mobilidade Urbana.

O Art. 2º da Política Municipal de Mobilidade Urbana apresenta aos seguintes princípios:

"I - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;

II - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

III - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

IV - mobilidade às pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade, permitindo o acesso de todos à cidade e aos serviços urbanos;

V- segurança nos deslocamentos das pessoas e bens;

VI - diminuição da necessidade de viagens motorizadas;

VII - fomento à gestão democrática e controle social do planejamento;

VIII - redução dos impactos ambientais da mobilidade urbana."

- URBANO

Conforme informação da prefeitura, a Secretaria de Transportes é responsável pelo controle e manutenção do trânsito do município, desde a fiscalização das vias públicas e comportamento de motoristas e pedestres até a elaboração de projetos de engenharia de tráfego, construção de obras viárias, pavimentação, e gerenciamento de serviços tais como os de táxis, alternativos, ônibus, fretados e escolares.

De acordo com o IBGE em 2010, a frota municipal era de 319 026 veículos, sendo 224 301 automóveis, 6 207 caminhões, 1 049 caminhões trator, 18 821 caminhonetes, 10 134 caminhonetes, 1 632 micro-ônibus, 44 549 motocicletas, 4 501 motonetas, 1 398 ônibus, 136 tratores de rodas, 1 420 utilitários e 4 878 outros tipos de veículos.

A cidade conta com dezenas de linhas de ônibus urbano e interurbano, ligando cidades vizinhas e três empresas operam o sistema de ônibus urbano (Saens Peña, CS Brasil e Expresso Maringá). A integração total das linhas, implantada em 2011 e disponível através da utilização do cartão eletrônico, tem gerado uma maior adesão a este meio, contribuindo assim para a diminuição da poluição do município que tem se agravado.

- TRANSPORTE COLETIVO

As vias dentro da AII (Área de Influência Indireta) que percorrem os bairros Jd Altos de Santana, Jd. Telespark, Vila Unidos, Jd. Minas Gerais e Vila Rodhia recebem diversas linhas de ônibus coletivo. Ressalta-se que as linhas de transporte coletivo da região não sofrerão nenhuma alteração de trajeto por conta da implantação do empreendimento, tampouco durante a operação.

Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos Avaliação Ambiental e Social e Plano de Gestão Ambiental e Social (AAS/PGAS)

Buscando fortalecer ainda mais o transporte público, São José dos Campos se prepara para adotar um novo tipo de transporte coletivo, o BRT (Bus Rapid Transit), que vai aumentar a capacidade de atendimento aos usuários e contribuirá para que se tenha um sistema mais ágil. A cidade vem aumentando a malha cicloviária e buscando interligar as ciclovias existentes, com o objetivo de ampliar o uso da bicicleta como alternativa sustentável de transporte na cidade conforme informações de São José em dados/2016

- AEROVIÁRIO

O Aeroporto de São José dos Campos é o Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf, e fica a 8 quilômetros do centro da cidade e cerca de 90 quilômetros de São Paulo. Apresenta duas atividades distintas, um terminal de cargas que atende o grande número de indústrias da região e a de portal turístico, para atender diversas cidades do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e os municípios do litoral norte paulista e Rio de Janeiro, conforme informações no site².

- FERROVIÁRIO

A primeira ferrovia a chegar a São José dos Campos foi a Estrada de Ferro do Norte, tendo a primeira estação ferroviária da cidade inaugurada em 1 de agosto de 1876 e fechada

² Disponível em : <www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/sao-paulo/aeroporto-de-sao-jose-dos-campos.html>.

em 1925 para dar lugar à nova. Esta foi a principal do município, tendo sido inaugurada em 19 de setembro de 1925 e contou com três concessionárias diferentes, até ser abandonada em 2006 pela MRS Logística S.A., quando fazia parte da Estrada de Ferro Central do Brasil.

- **RODOVIÁRIO**

Devido à geografia do município e do seu padrão de expansão urbana dividido por áreas de preservação ambiental, as rodovias Presidente Dutra e Tamoios, o Rio Paraíba do Sul e o CTA - Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, se tornou necessário dispor de uma extensa malha de vias expressas para a integração das zonas e circulação de veículos pela cidade sem a utilização das vias intra-urbanas. Entre os projetos podem-se citar o Anel Viário, a Via Oeste (interligando a zona oeste à zona central) e a Via Norte em construção, dentro da AII (Área de Influência Indireta), ligando o centro da cidade à zona norte.

7.14 INFRAESTRUTURA SOCIAL

7.14.1 Infraestrutura e serviços de saúde

A organização e a prestação de serviços de saúde à população são reguladas pelo Ministério da Saúde por meio das normas do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

A Norma Operacional Básica NOB/SUS 01/96 estipula que "(...) a totalidade das ações e de serviços de atenção à saúde, no âmbito do SUS, deve ser desenvolvida em um conjunto de estabelecimentos, organizados em rede regionalizada e hierarquizada e disciplinados segundo os sistemas municipais de saúde – voltados ao atendimento integral de sua própria população e inseridos de forma indissociável no SUS, em suas abrangências estadual e nacional" (BRASIL, 1997).

As condições de assistência à saúde em São José dos Campos estão relacionadas à infraestrutura (tipos de estabelecimentos e recursos físicos) e aos recursos humanos disponíveis para atendimento à demanda de serviços de saúde em cada município. Centros urbanos de maior porte ou que têm o status de polos regionais ou metropolitanos, como é o caso de São José dos Campos, concentram a oferta regional de recursos físicos e humanos em saúde e a capacidade para internações e procedimentos de maior complexidade, constituindo polos de serviços de saúde para as populações que vivem em municípios menos populosos e desenvolvidos.

O município de São José dos Campos faz parte da Região de Saúde do Alto Vale do Paraíba, juntamente com os municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna e Santa Branca (todos componentes da Sub-Região 1 - Sub-região de São José dos Campos - da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte). Essa Região de Saúde tinha, em julho de 2017, 2.336 estabelecimentos de saúde, sendo São José dos Campos o maior polo, com 1.624 estabelecimentos (69,5% do total da Região de Saúde). Outros polos menores estavam também em Jacareí (403 equipamentos, correspondendo a 17,3% do total da Região de Saúde) e (264 equipamentos, correspondendo a 11,3% do total da Região de Saúde).

7.14.2 Número de leitos

Com 362 leitos, O Hospital Municipal é a maior unidade hospitalar de referência para urgência e emergência da região do Vale do Paraíba. Recebe aproximadamente 1.000 pessoas por dia no seu pronto-socorro (média de 20 mil/mês). O hospital realiza cerca de 500 cirurgias eletivas por mês e 300 de urgência. Conta com 1.900 funcionários, sendo 500 médicos.

O Hospital de Clínicas Sul, antiga UPA do Parque Industrial, foi inaugurada pelo ex-prefeito Joaquim Bevilacqua em 25/07/1981. A unidade foi reformada e ampliada, transformando-se em Hospital no ano de 2004. Atualmente, o hospital possui um total geral de 63 leitos, sendo 44 leitos de enfermaria (34 adultos e 09 pediátricos) e 19 leitos para observação (14 adultos e 05 pediátricos).

7.14.3 Capacidade de atendimentos equipamentos públicos

O quadro abaixo evidencia o número de estabelecimentos de saúde por tipologia.

Quadro 7 – Número de Estabelecimento de Saúde por Tipo – Município de São José dos Campos - Julho/2017.

Estabelecimentos de Saúde	São José dos Campos	%
Central de regulação	1	0,06
Central de regulação médica das urgências	1	0,06
Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica	6	0,37
Centro de atenção psicossocial I- CAPS	5	0,31
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	40	2,46
Clínica especializada/ambulatório especializado	138	8,5
Consultório	1.298	79,9
Farmácia	1	0,06
Hospital especializado	8	0,49
Hospital geral	12	0,74
Hospital dia	3	0,18
Policlínica	11	0,68
Posto de saúde	1	0,06
Pronto atendimento	5	0,31
Pronto socorro especializado	2	0,12
Pronto socorro geral	1	0,06
Secretaria de saúde	1	0,06
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	74	4,56
Unidade de vigilância em saúde	2	0,12
Unidade mista	1	0,06
Unidade móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	9	0,55
Unidade móvel terrestre	4	0,25
Total	1.624	100

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES), Ministério da Saúde.

O município de São José dos Campos tinha, em janeiro de 2015, um total de 1.624 estabelecimentos de saúde, sendo que 1.298 (79,9% do total) eram consultórios médicos, 138 eram clínicas ou ambulatórios especializados, 74 eram unidades de serviço de apoio de diagnose e terapia e 11 eram policlínicas. Havia no município 22 hospitais (11 gerais, 8 especializados e 3 hospitais-dia), 40 unidades básicas de saúde, e 8 pronto-socorros, além de 13 outras unidades ou centros de atenção à saúde (hemoterápica/hematológica, psicossocial, vigilância, mista) e 9 unidades móveis. O município contava ainda com duas centrais de regulação do SUS, além da Secretaria Municipal de Saúde.

Dos 1.581 leitos hospitalares de internação existentes em São José dos Campos em julho de 2017, 736 eram disponíveis pelo SUS (46,6%). Os 845 leitos de internação restantes (53,4% do total), localizados em hospitais privados e filantrópicos, não eram disponíveis pelo SUS.

A necessidade de 2,5 a 3 leitos hospitalares de internação para cada 1.000 habitantes tem sido estimada como um índice satisfatório de relação entre oferta e demanda. Segundo as projeções populacionais da Fundação Seade, o município de São José dos Campos deve ter, em 2017, 687,5 mil habitantes. Com base no total de leitos hospitalares de internação existentes (segundo o Ministério da Saúde) em São José dos Campos (1.581 leitos) e essa população estimada para 2017, obtém-se o coeficiente de 2,3 leitos por mil habitantes. Este coeficiente é um pouco inferior ao patamar mínimo de leitos. Considerando-se que os hospitais do município também atende a demandas provenientes de outros municípios da região, pode-se considerar este coeficiente como certamente insatisfatório.

Em termos de recursos físicos para assistência básica à saúde, tem sido recomendada a provisão de um posto ou unidade básica de saúde para cada 20.000 habitantes. Conforme a tabela anterior, de São José dos Campos tinha 40 unidades básicas de saúde, o que resulta, em 2017, em uma UBS para cada 17,2 mil habitantes, que pode ser considerado satisfatório.

7.14.4 Ofertas de hospitais

A seguir é listada a oferta de hospitais no município:

- Hospital Municipal;
- Centro de Referência de Moléstias Infecciosas;
- Hospital de Clínicas Sul: o Hospital de Clínicas Sul, antiga UPA do Parque Industrial, foi inaugurada pelo ex-prefeito Joaquim Bevilacqua em 25/07/1981. A unidade foi reformada e ampliada, transformando-se em Hospital no ano de 2004. Atualmente, o hospital possui um total geral de 63 leitos, sendo 44 leitos de enfermagem (34 adultos e 09 pediátricos) e 19 leitos para observação (14 adultos e 05 pediátricos);
- Hospital Dia: o Hospital Dia realiza atendimento médico-medicamentoso a todas moléstias infecciosas. A unidade conta com médicos infectologista adulto, pediatra infectologista, pediatra e clínico geral, além de uma equipe multidisciplinar especializada para o atendimento aos pacientes como farmácia, serviços de nutrição, psicologia, serviço social, odontologia, enfermagem, Vigilância Epidemiológica, equipe de aconselhamento e avaliação de risco,

coleta de exames, exames complementares e pequenos procedimentos cirúrgicos.

A seguir é listada a oferta de hospitais contratados e conveniados no município:

- Hospital Próvisão;
- Centro de Prevenção e Tratamento da Visão;
- CVV Francisca Júlia;
- Associação Instituto Chuí de Psiquiatria;
- Hospital Pio XII;
- Hospital Infantil Antoninho da Rocha Marmo.

7.14.5 Número de unidades de saúde

O Departamento de Atenção Básica (DAB) é composto por 40 Unidades Básicas de Saúde onde são desenvolvidos os programas de prevenção como os grupos de hipertensão, diabetes, asma, gestantes, planejamento familiar, além de serviços básicos como curativos, inalação, vacinas, entrega de medicamentos, testes do pezinho, preventivo ginecológico, teste de gravidez, verificação de pressão arterial, peso, altura, entre outros.

7.15 DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO: ÁGUA, ESGOTO, RESÍDUOS SÓLIDOS – AII E AID

A tabela abaixo mostra os números absolutos e os percentuais de domicílios particulares permanentes urbanos e rurais, em São José dos Campos, segundo as formas de acesso aos serviços de saneamento básico - abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo -, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

Quadro 8 – Domicílios particulares permanentes segundo a forma de abastecimento de água no município de São José dos Campos – 2010.

Forma de abastecimento de água	Domicílios urbanos	% do total urbano	Domicílios Rurais	% do total rural
Total	185.640	100	3.863	100
Rede geral	182.689	98,41	1.300	33,65
Poço ou nascente na propriedade	1.923	1,04	1.880	48,67
Poço ou nascente fora da propriedade	564	0,3	534	13,82
Outras formas ¹	464	0,25	149	3,86

Fonte: Censo Demográfico, IBGE.

Nota (¹): incluem carro-pipa; água de chuva armazenada em cisterna; água de chuva armazenada de outra forma; rio, açude ou lago.

De acordo com os dados de 2010, 96,15% dos domicílios particulares permanentes urbanos de São José dos Campos eram atendidos por rede pública de abastecimento de água, e 1,34% por poço ou nascente localizado dentro ou fora da propriedade. Entre os domicílios particulares permanentes rurais, 33,7% tinham atendimento por rede de abastecimento nesse ano e 48,7%, poços ou nascentes dentro das propriedades. As demais formas de

abastecimento eram pouco significativas em termos absolutos ou relativos entre os domicílios urbanos, mas na área rural, 13,8% tinham abastecimento de água por poços ou nascentes situados fora das propriedades.

Quadro 9 – Domicílios particulares permanentes segundo o destino do lixo no município de São José dos Campos – 2010.

Formas de esgotamento sanitário	Domicílios Urbanos	% do total urbano	Domicílios Rurais	% do total rural
Total	185.640	100	3.863	100
Rede geral de esgoto ou pluvial	173.210	93,3	85	2,2
Fossa séptica	4.603	2,48	1.357	35,13
fossa rudimentar	5.874	3,16	1.841	47,66
Outras formas ¹	1.953	1,05	580	15,01
Não tinham banheiro nem sanitário	94	0,05	5	0,13

Fonte: Censo Demográfico, IBGE.

Nota (1): jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou outro destino.

Quanto ao esgotamento sanitário, 93,3% dos domicílios particulares permanentes urbanos de São José dos Campos eram atendidos por rede pública de esgoto ou pluvial, 2,5% por fossa séptica, e 3,2% por fossa rudimentar. Nos domicílios rurais, 2,2% (85 domicílios) tinham atendimento por rede, 35,1% tinham fossas sépticas e 47,7%, fossas rudimentares, sendo ainda 15% os domicílios rurais que tinham outras formas precárias de descarte dos esgotos. Havia, nesse ano, 94 domicílios urbanos sem banheiro ou sanitário e 05 domicílios rurais nessa situação, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

No que se refere ao destino do lixo, 93,1% dos domicílios urbanos de São José dos Campos eram atendidos pelo serviço municipal de coleta domiciliar, e 6,73% eram atendidos por coleta centralizada em caçambas, sendo pouco significativas as outras formas de descarte em área urbana. Nos domicílios rurais, 41,63% eram atendidos pelo serviço municipal de coleta domiciliar, e 50,12% eram atendidos por caçambas, existindo ainda 6,5% dos domicílios com queima do lixo nas propriedades. Outras formas abrangiam 1,73% dos domicílios rurais

7.15.1 Água

As obras e investimentos da Sabesp nos últimos anos têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente em São José dos Campos. Em outubro de 2016, foi inaugurada a nova ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) Pararangaba, universalizando o saneamento básico na cidade. O sistema elevou os índices para 97% de coleta e 99% de tratamento de esgoto.

Já o índice de água tratada é de 99% na área urbana. Com isto, a maior cidade do Vale passou a ser considerada a melhor saneada entre os municípios com mais de 600 mil habitantes do país. De acordo com o Ranking do Saneamento 2017, do Instituto Trata Brasil, São José aparece em 3º lugar entre as 100 maiores cidades do país.

Desde 2011, a Sabesp investiu quase R\$ 280 milhões em coleta e tratamento de esgoto na RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba). As obras realizadas em 10 municípios

permitem que diariamente quase 182 milhões de litros de efluentes retornem tratados ao rio Paraíba do Sul e seus afluentes. Com isso, a estatal devolve água limpa a diversos rios e córregos que deságuam no Paraíba do Sul, rio mais importante do Vale do Paraíba e um dos mais relevantes do Brasil.

Ligações:	186.990 (CIG - junho de 2018)
Economias:	262.692 (CIG - junho de 2018)
Extensão de rede:	1.723.911 metros (Sisperdas - maio de 2018)
Estações de tratamento:	2
Poços:	43 (Relação de produção - junho de 2018)
Reservatórios:	74 (Relação de produção - junho de 2018)
Capacidade de reservação:	79.673 m ³ (Relação de produção - junho de 2018)

7.15.2 Esgoto

Pelo segundo ano consecutivo, São José dos Campos foi premiada entre as cidades do Brasil mais bem avaliadas, entre as com mais de 100 mil habitantes, nos indicadores de saneamento básico. A honraria foi concedida pela Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e integra as ações do Ranking Abes de Universalização do Saneamento.

O Ranking, referente a 2018, avaliou a situação do saneamento em relação à universalização no Brasil por meio de indicadores de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos. O Ranking Abes de Universalização do Saneamento é um dos mais novos instrumentos de avaliação do saneamento básico no país. A Abes, que tem sede no Rio de Janeiro, atua há mais de 50 anos em prol da melhoria do saneamento básico e do meio ambiente dos municípios brasileiros.

São José aumentou sua pontuação em relação ao Ranking de 2017, alcançando 496,47 dos 500 possíveis --o índice anterior foi de 490,08. A cidade obteve nota máxima (100 pontos) em abastecimento de água, tratamento de esgoto e destinação adequada de resíduos sólidos.

Em coleta de resíduos a pontuação foi de 99,14. E em coleta de esgoto, alcançou 97,33. Através da Sabesp, a cidade de São José dos Campos é abastecida por três sistemas de tratamento: Central, São Francisco Xavier e Produção Subterrânea, com capacidade de 2.622,8 litros por segundo.

O esgoto é processado em três sistemas: Lavapés, Pararangaba e São Francisco Xavier.

- ETE LAVAPÉS

Localização: Avenida Olivo Gomes, 520, Santana, na zona norte;

Processo de tratamento: Lodo ativado;

Vazão nominal: 4.186 m³/h;

Como funciona: Contempla as bacias de esgotamentos formadas pelos Córregos Lavapés, Putins e Cambuí e atende as regiões centro, norte, oeste e sul do município. E também inclui as bacias dos córregos Vidoca, Senhorinha, Rosinha, Ressaca e Rio Comprido. O

esgoto coletado nos bairros adjacentes a essas bacias é levado à ETE Lavapés, que opera pelo processo de lodos ativados com oxigênio puro. O lodo da ETE Lavapés é destinado para aterro sanitário. Início de operação em 1998.

- ETE PARARANGABA

Localização: Estrada Rio-São Paulo , 531, Eugênio de Melo, na zona leste;

Processo de tratamento: Lodo ativado;

Vazão nominal: 1.454 m³/h;

Como funciona: Atende a região leste do município e inclui as bacias dos córregos Pararangaba, Alambari e Cajuru. Os esgotos gerados e coletados nessas bacias são tratados pela ETE, sendo o lodo gerado destinado para aterro sanitário. Início de operação em 2014.

- ETE SÃO FRANCISCO XAVIER

Localização: Estrada Pedro Davi - SP 50, 1020;

Processo de tratamento: Lodo Ativado;

Vazão nominal: 16 m³/h;

Como funciona: A ETE opera pelo processo de lodo ativado seguido de lagoa de polimento. O lodo gerado na estação passa pelo processo de digestão aeróbia e desidratação em leitos de secagem. O lodo da ETE tem disposição final em aterro sanitário. Início de operação em 1997.

O município de São José dos Campos possui duas (Estações de Tratamento de Água (ETAs):

- ETA 2

Localização: Rua Paulo Setubal, 19, Vila Adyanna, centro;

Tipo: Convencional;

Histórico: Construída na década de 70 foi adequada e ampliada na década de 90 visando atender os parâmetros de potabilidade da legislação vigente e a demanda de consumo projetada para o município;

Capacidade: Tem capacidade nominal de 1.900 litros por segundo, tendo ainda a sua produção interrompida nos horários sazonais.

- SÃO FRANCISCO XAVIER

Localização: Rua Treze de Maio, nº 691;

Tipo: Estação de Tratamento de Água compacta, que é composta de filtro rápido pressurizado, sistema de cloração e fluoretação, 12 litros por segundo.

7.16 SITUAÇÃO DE COLETA E TRATAMENTOS

No município de São José dos Campos, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são realizados pela própria prefeitura ou repassados a terceiros, principalmente à empresa URBAM, além de outras empresas terceirizadas e cooperativas de recicladores.

A Prefeitura de São José dos Campos, por meio da Secretaria de Serviços Municipais (SSM), realiza os serviços de varrição manual de logradouros públicos, conservação de áreas verdes e estradas vicinais, desobstrução de drenagens e bocas-de-lobo, e outros serviços. A URBAM é a concessionária responsável pela coleta seletiva de resíduos de domicílios, instituições públicas, serviços de saúde (RSS) e da coleta de pequenos animais mortos em vias públicas. A URBAM também realiza a coleta dos resíduos de varrição e de feiras livres acondicionados pelos agentes da SSM, e possui um Centro de Triagem junto ao Aterro Sanitário Municipal (Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos - ETRS), onde são separados resíduos recicláveis de 24 tipos, os quais são comercializados com empresas recicladoras. Cooperativas formais, juntamente com sucateiros e catadores informais, também realizam coleta seletiva e triagem, vendendo-os a empresas recicladoras. A SSM realiza o transbordo de resíduos sólidos de madeira, aproveitado por empresas recicladoras de madeira e por pizzarias e padarias que utilizam forno a lenha.

Segundo a atual legislação brasileira, todas as prefeituras têm por obrigação elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), que estabelece as diretrizes para limpeza urbana e rural, controle e regulação dos aterros sanitários, descarte de materiais industriais, hospitalares, reciclados, entre outros. A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída pela Lei nº 12.305/10 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10. Com base nesse marco legal, os municípios devem alcançar a universalização dos serviços e manejo de resíduos sólidos, prestados com eficiência e realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

7.16.1 Coleta comum de lixo

A coleta comum consiste na coleta, transporte e descarga no aterro sanitário dos resíduos sólidos gerados pelas residências, feiras livres, estabelecimentos comerciais, públicos, de serviços, etc. Tem por finalidade recolher os resíduos orgânicos, materiais inservíveis e rejeitos como, por exemplo, restos de comida, cascas de frutas, fraldas descartáveis usadas, papéis higiênicos, resíduos da varrição, etc.

- Responsabilidades dos geradores:

É importante que os resíduos estejam devidamente acondicionados em sacos plásticos bem fechados. Materiais cortantes, tais como, cacos de vidro, devem ser embrulhados em jornal antes de serem colocados dentro do saco plástico. Os sacos plásticos contendo resíduos devem ser colocados à disposição do serviço de coleta comum nos limites de seu imóvel apenas nos dias e períodos da passagem do caminhão pela sua rua.

- Responsabilidades pelos serviços:

O serviço de Coleta Comum é feito por empresa terceirizada contratada pela Prefeitura de São José dos Campos sendo realizado no mínimo três (3) vezes por semana em todo o

município, e em dias e períodos pré-determinados pela municipalidade. A Urbam realiza o acompanhamento adequado dos serviços de coleta comum, prestando assistência técnica e fornecendo subsídios de informações para a fiscalização praticada pela Secretaria de Manutenção da Cidade neste serviço terceirizado.

O que deve ser separado para a coleta comum: Restos de comida, cascas de frutas, papel higiênico, folhas de jardim, lenços de papel, guardanapos, pontas de cigarro, fraldas descartáveis, papel-toalha, embalagens de medicamentos, embalagens de maquiagens, espelhos e vidros planos, absorventes higiênicos, resíduos de varrição, trapos, porcelana, papel carbono, papel celofane.

Obs: Os materiais recicláveis (papel, plástico, papelão, vidros de garrafas, metais e isopor) devem ser colocados em uma sacola separada e entregue no dia específico para a coleta seletiva.

7.16.2 Coleta seletiva de lixo

A coleta seletiva consiste no recolhimento dos resíduos potencialmente recicláveis disponibilizados pelas residências, comércios, serviços, etc, visando destiná-los para a reciclagem. A população deve separar, acondicionar em sacos plásticos e disponibilizar os materiais recicláveis nos dias e períodos corretos da passagem do caminhão da coleta seletiva na sua rua.

A coleta seletiva é realizada em São José dos Campos desde 1990 e ocorre no formato porta a porta em 100% da área urbanizada da cidade. As equipes da coleta utilizam caminhões compactadores e o serviço é feito de uma a três vezes por semana, conforme a densidade demográfica e o volume de materiais gerados em cada bairro ou região.

Os resíduos oriundos da coleta seletiva são destinados ao Centro de Triagem da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Urbam localizada no Jardim Torrão de Ouro em São José dos Campos. O Centro de Triagem é operado pela Central de Cooperativas de Catadores que é responsável pela triagem manual destes resíduos da Coleta Seletiva e a comercialização dos materiais recicláveis, o que gera inclusão social e renda para cerca de 100 famílias de cooperados.

A coleta seletiva contribui para a reciclagem, que por sua vez proporciona a economia dos recursos naturais usados na fabricação de novos produtos. Contribui ainda para reduzir o volume de resíduos dispostos no Aterro Sanitário (aumentando sua vida útil).

7.16.3 Destinação de resíduos

O PEV (Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos) é uma área pública instalada em local adequado, cuidadosamente escolhido para receber resíduos de construção de pequenos geradores (até um porta malas de carro de passeio ou caçamba de um utilitário pequeno). A população não precisa pagar nada para descartar materiais no local. O serviço é gratuito.

- **Região Sudeste**

Santa Luzia - Putim | Avenida Vicente Brandão Ferreira, 293

- **Região Sul**

Campo dos Alemães | Avenida dos Evangélicos, 601

Dom Pedro 2º | Rua Trinta e Sete, 130

Residencial Gazzo | Rua Arcílio Moreira da Silva, s/n

31 de Março | Rua Guidoal, 100

Jardim Satélite | Rua Estrela Dalva, 135

Interlagos | Rua Ubirajara Raimundo de Souza, 21

- **Região Leste**

Galo Branco | Avenida Benedito Luiz de Medeiros, 811

Novo Horizonte | Rua dos Topógrafos, s/n

Copacabana | Rua Charles Diamond, s/n

- **Região Norte**

Altos de Santana | Avenida Alto do Rio Doce, 1075

Vila Jaci | Rua Xavantes, 367

- **Região Centro**

Martins Pereira | Rua Ana Gonçalves da Cunha, 370

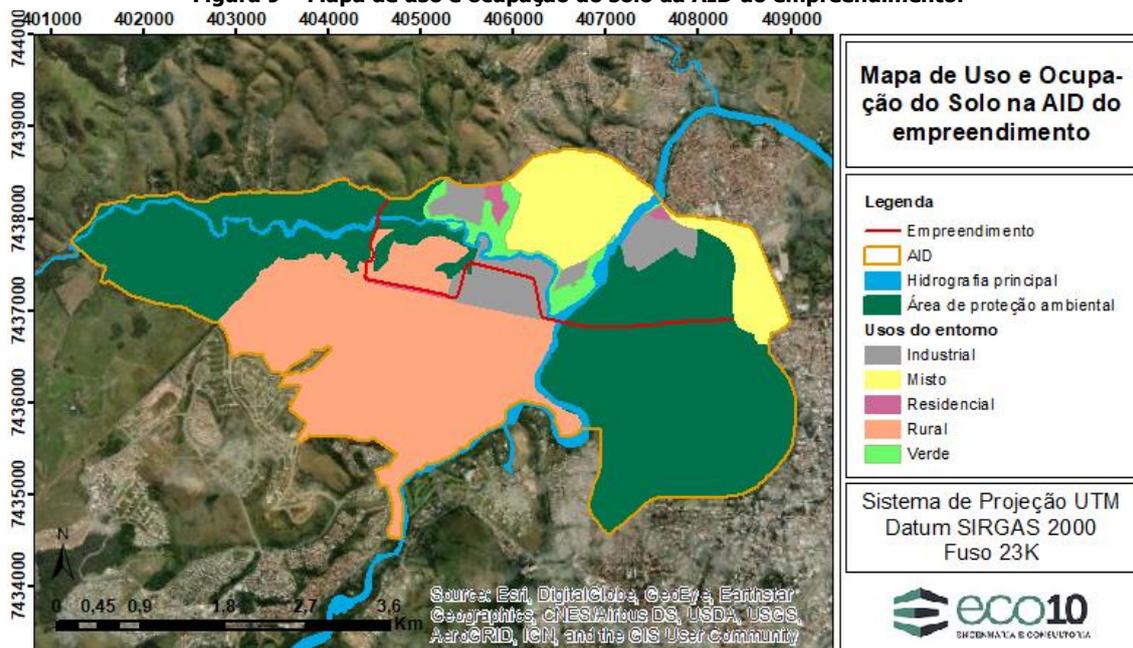
São Francisco Xavier

Rua Joaquim Cláudio da Silva, s/n

7.17 CARACTERIZAÇÃO DA AID

O uso atual da Área de Influência Direta (AID) pode ser dividido em rural, industrial, residencial, misto (residencial e comercial), de área verde e de área de proteção ambiental, conforme demonstrado abaixo:

Figura 9 – Mapa de uso e ocupação do solo da AID do empreendimento.



Fonte: elaborado pela ECO10 (2019).

A seguir, serão caracterizados os bairros existentes na AID.

7.17.1 VILA ZIZINHA E VILA ROSSI

Os bairros Vila Zizinha e Vila Rossi encontram-se na margem leste da Área de Influência Direta. De acordo com estimativas do IPPLAN e da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, os bairros supracitados possuem, ao total, 1.503 domicílios ocupados e 4.435 pessoas residentes, tendo uma média de 3 moradores/domicílio.

Figura 10 – Localização dos bairros.



Fonte: adaptada do Google Earth (2019).

O bairro possui comércios nas avenidas e residências nas vias locais, conforme demonstrado abaixo:

Foto 1 - Av. Olívio Gomes (Vila Rossi).



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 2 - Residências em vias locais.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 3 - Residências em vias locais



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 4 - Residencial multifamiliar no Vila Zizinha



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 5 - Residências unifamiliares no Vila Rossi



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

A predominância é de residências unifamiliares e as vias encontram-se pavimentadas, possuindo iluminação pública.

7.17.2 VILA DIRCE, JD. TELESPARK E JD. ALTOS DE SANTANA

Os bairros Vila Dirce, Jd. Telespark e Jd. Altos de Santana encontram-se na margem norte da Área de Influência Direta. De acordo com estimativas do IPPLAN e da Prefeitura

Municipal de São José dos Campos, os bairros supracitados possuem, ao total, 4.660 domicílios ocupados e 16.838 pessoas residentes, tendo uma média de 3,6 moradores/domicílio.

Figura 11 – Localização dos bairros



Fonte: adaptada do Google Earth (2019).

O bairro possui abundância de comércio nas avenidas e residências em vias locais (multifamiliares e unifamiliares):

Foto 6 - Residências e comércio em via coletora (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 7 - Comércio em via coletora (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 8 - Residências e ponto de ônibus em via local (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 9 - Residências em via local (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 10 - Residências em via local (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 11 - Escola Municipal de Ensino Infantil (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 12 - Residências em via local (Jd. Telespark)



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 13 - Igreja no Jd. Telespark



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 14 - Comércio em via coletora (Jd. Altos de Santana).



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 15 - Conjunto residencial multifamiliar (Jd. Altos de Santana).



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foram observados usos mistos nos bairros Jd. Telespark e Jd. Altos de Santana, sendo que as vias encontravam-se pavimentadas e possuíam iluminação pública.

7.17.3 BAIRRO NA ESTRADA PETYBON (NÚCLEO URBANO INFORMAL PETYBON)

Entre a Estrada Petybon e a linha férrea, na área demonstrada abaixo, existe um núcleo urbano informal com aproximadamente 50.000 m².

Figura 12 – Localização do bairro.



Fonte: adaptada do Google Earth (2019).

Figura 13 – Localização do bairro (ampliação).



Fonte: adaptada do Google Earth (2019).

Foto 16 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 17 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 18 - Ponto de ônibus na Estrada Petybon



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 19 - Propriedades na Estrada Petybon



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 20 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 21 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 22 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 23 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 24 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 25 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 26 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 27 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 28 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

Foto 29 - Propriedades na Estrada Petybon.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

O núcleo urbano informal Petybon encontra-se em fase de regularização fundiária através da Lei Federal nº 13.465 de 2016. Atualmente, o local é composto por edificações residenciais unifamiliares. A pista de rodagem é pavimentada e não há guias e calçadas. De acordo com informações do Departamento de Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de São José dos Campos:

- Foram iniciados trabalhos de visita ao núcleo em meados de maio de 2018;

- Há ausência parcial ou total de infraestrutura (rede de água, esgoto e drenagem pluvial);
- Lotes possuem dimensões e configurações diversas;
- Sistema viário e acessos encontram-se precários;
- Contratos de compra e venda não estão registrados em Cartórios de Registro de Imóveis;
- Não há reserva de áreas para implantação de equipamentos públicos;
- Há ausência de projeto urbanístico.

Mais detalhes sobre o núcleo urbano informal podem ser encontrados no memorando da Prefeitura Municipal de São José dos Campos no **Anexo 7.I**.

7.17.4 BAIRRO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DAS PLANÍCIES ALUVIONARES DOS RIOS PARAÍBA DO SUL E JAGUARI (NÚCLEO URBANO INFORMAL DO BANHADO)

De acordo com estimativas do IPPLAN e da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, o bairro Vila Nova Esperança possui 375 domicílios particulares ocupados e 1.302 pessoas residentes, com uma média de 3,5 moradores/domicílio.

Figura 14 – Localização do bairro.



Fonte: foto registrada em 11/12/2019.

As edificações são de uso residencial e as vias não possuem pavimentação ou iluminação pública.

Foto 30 - Bairro Vila Nova Esperança (núcleo urbano informal).



Fonte: O Vale, 02/08/2018.

Foto 31 - Bairro Vila Nova Esperança (Núcleo urbano informal)

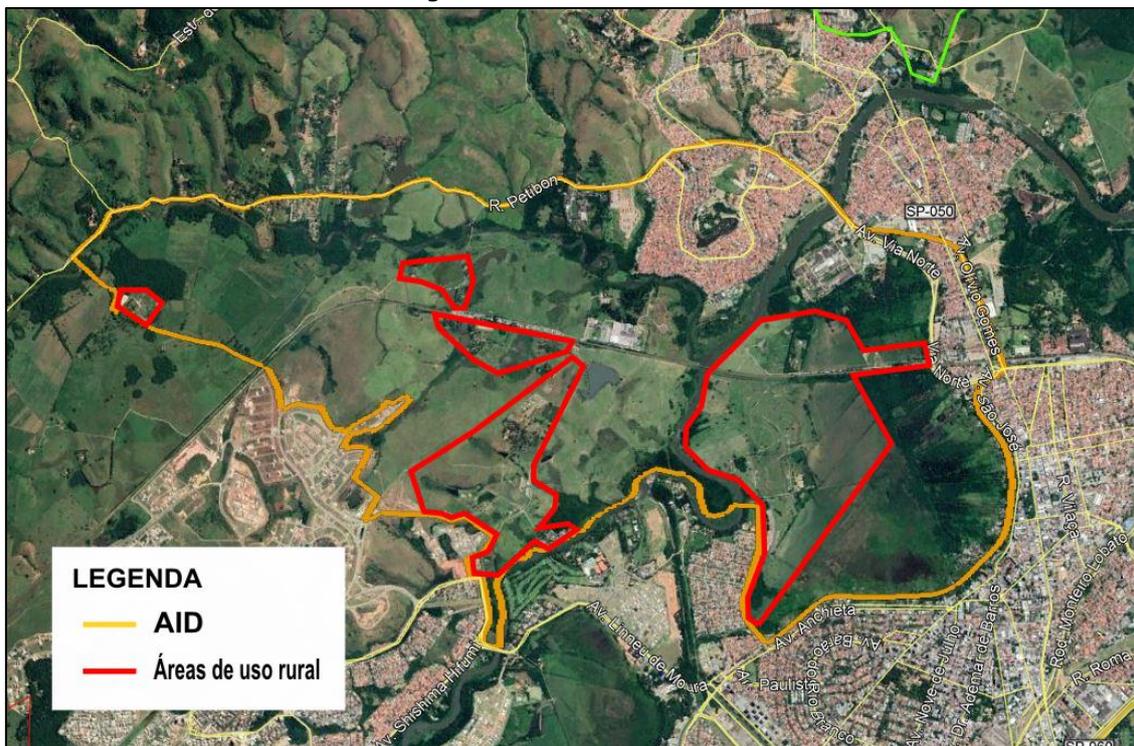


Fonte: O Vale, 02/08/2018

7.17.5 ÁREAS DE USO RURAL

No perímetro da AID existem áreas de uso rural, conforme demonstrado abaixo:

Figura 15 – Áreas de uso rural.



Fonte: Adaptada do Google Earth (2019).

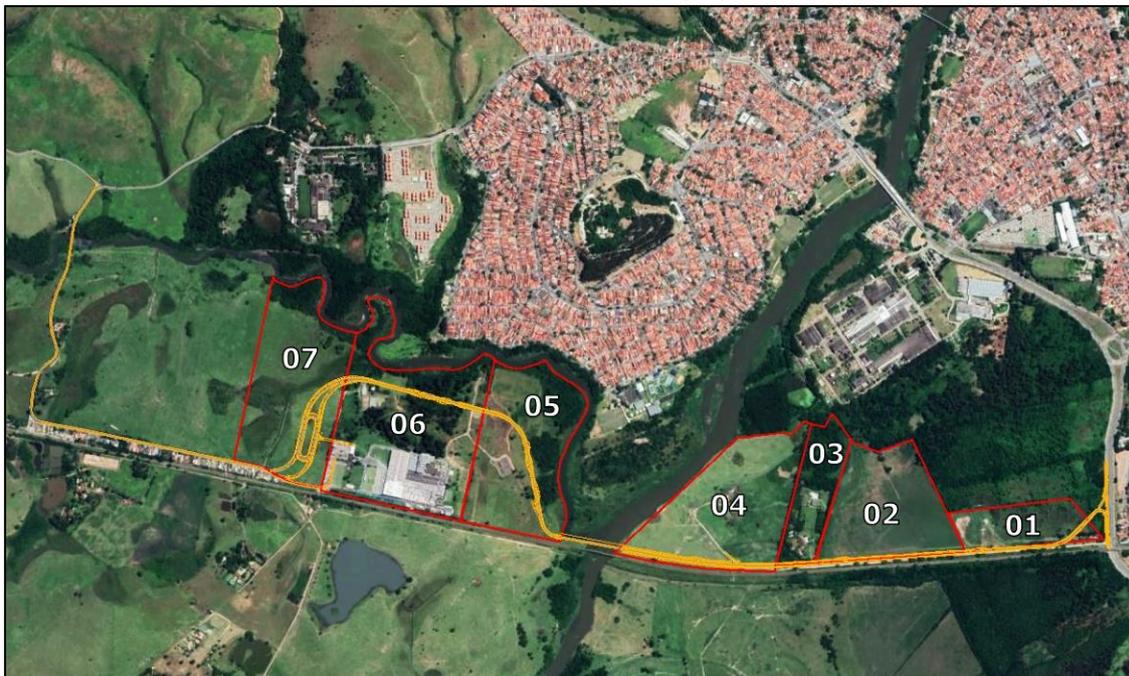
As áreas acima demonstradas e suas edificações são primordialmente de atividade rural, possuindo eventuais chácaras de veraneio/uso esporádico.

7.18 DESAPROPRIAÇÕES

Haverá desapropriações ao longo da Estrada Petybon e Estrada do Porto de parte das áreas apresentadas na Figura 16 a seguir. Ressalta-se que as desapropriações ocorrerão em trechos de propriedades, levantadas no Quadro 10, sendo que os acessos aos imóveis serão mantidos.

Foram publicados Decretos de Utilidade Pública (DUP), todos apresentados no **Anexo 7.II – Desapropriações**. Constam também nos anexos todos os processos internos da PSJC discriminando o procedimento de desapropriação através de pagamento por indenização em momento oportuno.

Figura 16 – Áreas que terão desapropriações.



Quadro 10 – Desapropriações por Decreto de Utilidade Pública (DUP).

ÁREA 01 - Decreto nº 18.429 de 2020
Matrícula
nº 4.209 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos
Proprietário
Darcy Duarte e outros
ÁREA 02 - Decreto nº 18.430 de 2020
Matrícula
nº 12.509 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos
Proprietário
Rosimeire Cezar Carlos e outros
ÁREA 03 - Decreto nº 18.431 de 2020
Matrícula
nº 131.428 - 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos
Proprietário
Gilberto Simão
ÁREA 04 - Decreto nº 18.432 de 2020
Matrícula
nº 4.186 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos
Proprietário

Rosimeire Cezar Carlos e outros

ÁREA 05 - Decreto nº 18.433 de 2020

Matrícula

nº 30.955 - 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos

Proprietário

Davoli Empreendimentos Imobiliários S.A

ÁREA 06 - Decreto nº 18.434 de 2020

Matrícula

nº 9.322 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos

Proprietário

J. Macedo S.A

ÁREA 07 - Decreto nº 18.435 de 2020

Matrícula

nº 26.322 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos

Proprietário

Cassiano Antônio Faria Rosa e outros

7.19 COMUNICAÇÃO SOCIAL PRÉVIA

A fim de realizar a comunicação prévia do empreendimento objeto do relatório, a população da ADA e AID foi convidada a se reunir na empresa J Macêdo SA no dia 29/11/2019. Durante a reunião de comunicação social, foi divulgado o traçado da obra viária, os impactos previstos e as possíveis medidas mitigadoras, sanando dúvidas e apresentando canais de comunicação para a população.

Ao total, estavam presentes 35 pessoas da população, conforme fotos abaixo:

Foto 32 - Reunião de Comunicação Social



Fonte: foto registrada em 29/11/2019.

Foto 33 - Reunião de Comunicação Social



Fonte: foto registrada em 29/11/2019.

Foto 34 - Reunião de Comunicação Social



Fonte: foto registrada em 29/11/2019.

Posteriormente, no dia 12/12/2019, foram realizadas pesquisas nos bairros da AID para obtenção de dados de percepção ambiental da população. Levando em consideração que os bairros objetos do estudo possuem, ao total, uma população entre 20.000 e 30.000 pessoas (considerando população fixa e flutuante), foram coletadas respostas de **380 pessoas** para obter uma amostragem com confiabilidade de 95% e margem de erro de 5% (calculado com Calculadora de Amostragem Solvis). As questões e a compilação de dados podem ser observadas abaixo:

Quadro 11 - Resultado da pesquisa

QUALIDADE DO AR			
A qualidade da arborização no bairro é:			
	Qnt.	%	
BOA		85	22
REGULAR		248	65
RUIM		47	12
total		380	100
A qualidade do ar no bairro é:			
	Qnt.	%	
BOA		21	6
REGULAR		312	82
RUIM		47	12
total		380	100
O incentivo municipal para cuidar da qualidade do ar é:			
	Qnt.	%	

BOM	2	1
REGULAR	94	25
RUIM	284	75
total	380	100

AMBIENTE URBANO

A higiene das calçadas do bairro é:

	Qnt.	%
BOA	11	3
REGULAR	190	50
RUIM	179	47
total	380	100

A quantidade de parques, praças e áreas verdes no bairro é:

	Qnt.	%
BOA	58	15
REGULAR	285	75
RUIM	37	10
total	380	100

A manutenção municipal das árvores do bairro é:

	Qnt.	%
BOA	144	38
REGULAR	194	51
RUIM	42	11
total	380	100

A qualidade do sistema de drenagem é:

	Qnt.	%
BOA	22	6
REGULAR	269	71
RUIM	89	23
total	380	100

QUALIDADE DA ÁGUA

A higiene dos rios próximos é:

	Qnt.	%
BOA	14	4
REGULAR	324	85
RUIM	42	11
total	380	100

A qualidade da água tratada do bairro é:

	Qnt.	%
BOA	148	39
REGULAR	155	41
RUIM	77	20
total	380	100

A qualidade do fornecimento de água do bairro é:

	Qnt.	%
BOA	10	3
REGULAR	316	83
RUIM	54	14
total	380	100

GESTÃO DE RESÍDUOS		
A higiene do bairro é:		
	Qnt.	%
BOA	125	33
REGULAR	151	40
RUIM	104	27
total	380	100
A coleta de lixo do bairro é:		
	Qnt.	%
BOA	23	6
REGULAR	333	88
RUIM	24	6
total	380	100
A coleta seletiva de lixo do bairro é:		
	Qnt.	%
BOA	14	4
REGULAR	241	63
RUIM	125	33
total	380	100
INFORMAÇÕES AMBIENTAIS		
As atividades de educação ambiental do município são:		
	Qnt.	%
BOA	5	1
REGULAR	101	27
RUIM	274	72
total	380	100
A divulgação municipal das ações ambientais é:		
	Qnt.	%
BOA	59	16
REGULAR	203	53
RUIM	118	31
total	380	100
A divulgação do serviço de água e esgoto sobre a qualidade das águas é:		
	Qnt.	%
BOA	27	7
REGULAR	38	10
RUIM	315	83
total	380	100
PARTICIPAÇÃO SOCIAL		
A participação do bairro em ações pelo meio ambiente é:		
	Qnt.	%
BOA	103	27
REGULAR	208	55
RUIM	69	18
total	380	100
A quantidade de campanhas de conscientização ambiental do município é:		
	Qnt.	%
BOA	31	8

REGULAR	154	41
RUIM	195	51
total	380	100

Fonte: Dados coletados em dez/2019.

Como pode ser observado acima, houve elevada quantidade de respostas "Regular" durante a pesquisa. No entanto, ressalta-se que frequentemente a resposta "Regular" era escolhida na ausência de conhecimento detalhado.

**ANEXO 7.I – MEMORANDO PMSJC E MRS
LOGÍSTICA**

ANEXO 7.II – DESAPROPRIAÇÕES